

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

PRIVATIZAÇÕES EM CABO VERDE:
UMA ANÁLISE EXPLORATÓRIA

SÓNIA TAILINE FERNANDES DE PINA

Florianópolis, julho de 2009

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

PRIVATIZAÇÕES EM CABO VERDE:
UMA ANÁLISE EXPLORATÓRIA

**Monografia submetida ao curso de Ciências
Econômicas da Universidade Federal de Santa
Catarina, como requisito obrigatório para
obtenção do grau de Bacharelado.**

Por: Sônia Tailine Fernandes de Pina
Orientador: Prof. Dr. Renato Campos
Área de pesquisa: Setor Público

Palavras-chaves: 1. Cabo Verde
2. Setor empresarial do Estado
3. Privatizações

Florianópolis 2009

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A Banca examinadora resolveu atribuir a nota 8,5 para a aluna Sônia Tailine Fernandes de Pina, matrícula 04107810, na Disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca examinadora:



Prof. Dr. Renato Campos

Presidente

Patrícia Feresca Ferreira Coutinho

Membro

Haydée Nunes Lima

Membro

*Dedico este trabalho a minha Mãe
Felisberta Parabosa.*

*Mãe obrigado por me mostrar que
não há barreira intransponível para
quem sabe aonde quer chegar.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela força em persistir na caminhada acadêmica, quando em alguns momentos tive a certeza de querer desistir.

Obrigado a minha Mãe Felisberta e minha irmã Rommy (Ló) pela força e apoio incondicional durante toda a trajetória acadêmica, pelo encorajamento nos momentos mais difíceis que precisei. “ *Ló, tudu kes força ki bu dam durante tudu es amu li, hoji é bali pena... brigada.* ”

Agradeço aos meus restantes irmãos, Rosa Rita (Gi), Ruth (Luth), Kátia e Rodney pelo amor e apoio.

Agradeço a minha avô, Vô Bela pelo amor e pelas orações, a minha tia Paula e aos meus restantes familiares, muito obrigados por sempre me incentivarem ao estudo.

Aos meus amigos e colegas de curso pela amizade e cumplicidade.

A UFSC pela oportunidade e aos professores do curso de economia pela minha formação acadêmica.

Ao meu orientador e professor Renato Campos, pela orientação e paciência, que resultaram no aprimoramento deste trabalho.

E por fim agradeço a todos que direta ou indiretamente contribuíram para a materialização desse projeto. MUITO OBRIGADO!!!

“ O Capitalismo só triunfa quando se identifica com o Estado, quando é o Estado.” Fernand Braudel

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo descrever e analisar o processo de privatizações em Cabo Verde. Observa-se, então, que o processo de privatizações em Cabo Verde se deu de forma lenta e os impactos macroeconômicos e fiscais ocorreram gradualmente ao longo das duas fases do programa. A privatização possibilitou ainda, a melhoria do perfil da dívida e a reestruturação de passivos no setor público. A reforma do setor empresarial do Estado impos-se como política económica necessária à modernização e ao aumento da competitividade e da eficiência da economia caboverdiana. As privatizações constituíram, assim, uma das vias mais importantes e eficazes da condução dessa reforma.

Palavras-chave: Cabo Verde, setor empresarial do Estado, privatizações.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACCP - Acordo de Cooperação Cambial com Portugal

DECRP - Documento de Estratégia de Crescimento e de Redução da Pobreza

EMPA - Empresa Pública de Abastecimento

FDI - Fundo do Desenvolvimento Industrial

GARSSE - Gabinete de Apoio a Reestruturação do Setor Empresarial do Estado

IADE - Instituto de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial

MPD – Movimento para Democracia

MCE – Ministério de Coordenação Econômica

PAICV - Partido Africano da Independência de Cabo Verde

PAIGC - Partido Africano para Independência de Guiné Bissau e Cabo Verde

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento

PROMEX - Promoção dos Investimentos e Exportações

SEE – Setor Empresarial do Estado

TACV – Transportes Aéreos de CABO Verde

UPR – Unidade de Coordenação do Projeto de Privatização e Reforço da Capacidade de Regulação Institucional

UCRE - Unidade de Coordenação de Reforma Econômica

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Relação das Empresas no início do processo.....	60
Tabela 03: Resultados financeiros da privatização.....	64
Tabela 02: Cronograma de Privatizações das Empresas.....	66

SUMÁRIO

CAPITULO 1

1	Introdução.....	12
1.2.	Objetivos.....	14
1.2.1	Geral.....	14
1.2.2.	Específicos.....	14
1.3	Metodologia.....	14

CAPÍTULO 2- CABO VERDE: DO SEU ACHAMENTO Á INDEPENDÊNCIA NACIONAL

2.1.	As diversas etapas da formação econômica de Cabo Verde.....	16
2.2.	Breve caracterização da Economia Cabo-verdeana no período pós-Independência.....	20
2.3.	Desenvolvimento econômico.....	23
2.4.	Desenvolvimento político.....	29
2.5.	As possibilidades de cabo verde, sua inserção na economia portuguesa e mundial.....	31

CAPÍTULO 3- A MUDANÇA DO PAPEL DO ESTADO NA ECONOMIA CABO-VERDIANA

3.	O surgimento do aparato econômico do Estado.....	36
3.2.1	O setor empresarial do Estado.....	39
3.2.2	A Origem do Sector.....	39
3.2.3	Composição do setor empresarial do Estado.....	42
3.2.4	A Reestruturação do setor empresarial do Estado.....	43

CAPITULO IV – PRIVATIZAÇÕES EM CABO VERDE

4. Visão Conceitual da Privatização.....	47
4.1. Condições econômicas anteriores a privatização.....	50
4.2. Preparação e condução do processo de privatizações.....	52
4.2.1. Resumo do Programa das Privatizações em Cabo Verde.....	53
4.2.2. Enquadramento legal das Privatizações.....	55
4.2.3. As fases do processo de privatização.....	58
4.2.4. Primeira fase – Período 1991- 2000.....	58
4.2.4.1 Aspectos Gerais.....	58
4.2.5. Segunda fase – Período 2000- 2007.....	61
4.2.5.1 Aspectos Gerais.....	61
4.3 Resultados financeiros da privatizações.....	63
4.4. Avaliação e resultado do programa das privatizações.....	60
5 Impacto das privatizações.....	70
6 Conclusão.....	73
7 Referências.....	76
8 Anexos.....	80

CAPÍTULO I

1. INTRODUÇÃO

Apesar das privatizações serem hoje um tema pacífico em termos de resultados positivos para a economia de base privada, uma análise econômica das privatizações se impõe, seja na ótica dos que defendem o lema “sou a favor de privatizar”, seja na ótica dos que pela crítica, ainda animam o debate sobre os verdadeiros resultados e necessidades das privatizações. Assim, a privatização parece configurar-se como uma das muitas respostas estratégicas indicadas para lidar com o fracasso dos governos democráticos em programar políticas econômicas de forma sensata e segura. Ela tem uma grande aplicação tanto em países do terceiro mundo como em economias avançadas, quer em sociedades comunistas, quer em sociedades capitalistas. Deste modo, uma sociedade, que se pretende prosperar, precisa de uma clara e objetiva política de desenvolvimento. Ela deve, antes de avançar, decidir como e para onde ir. Geralmente, o meio mais seguro e confortável é o trem da história. Aquele que abre o bem-estar de toda a sociedade.

Iniciado pelo processo Britânico do governo Margareth Thatcher, a privatização se espalhou por outros países como os da Europa, América Latina, Japão e mais tarde em menor medida, na África. A partir de então, o interesse pela privatização vem se espalhando rapidamente por todos os países principalmente nos de desenvolvimento médio como o caso de Cabo Verde, em que o governo se torna pouco eficiente para arcar com as despesas de todas as empresas estatais existentes. Ou seja, o interesse pelas privatizações emanou originalmente das iniciativas de desregulamentação proclamadas e esposadas por administrações, que particularmente favoreciam a minimização do papel e das responsabilidades do Estado ou do setor público da economia, e assim transferir essa responsabilidade ao setor privado.

Como sabemos em economias pequenas com forte presença do estado, como o caso de Cabo Verde, a pratica comum é a presença direta do governo na produção de bens e serviços, na fixação dos salários, dos preços e no estabelecimento dos níveis de produção. Com a privatização, cabe aos governos um novo papel, o de

eficaz regulador institucional de mercados em setores ou atividades típicos de atuação de monopólios naturais, em que a competição é mais difícil.

É de acordo com esse objetivo que a privatização das estatais em Cabo Verde vai se transformar na principal reforma a ser feita pelo novo governo¹, logo após a abertura política.

¹ PAICV - Partido Africano da Independência de Cabo Verde

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 *Objetivo Geral*

Analisar o processo de privatizações das empresas nacionais de Cabo Verde entre o período de 1990 a 2006, verificar os impactos para o desenvolvimento do país e determinar até que ponto os objetivos originais do programa foram alcançados.

1.2.2 *Objetivo Específicos*

- Fazer uma abordagem do papel do Estado na economia por meio de uma revisão na relação Estado/mercado
- Fazer o enquadramento histórico do processo das privatizações
- Estabelecer o panorama do processo de privatizações em Cabo Verde e realizar um estudo que analisa a experiência de implementação do programa em termos de eficácia da estrutura institucional e medidas de acompanhamento.

1.3 Metodologia

A presente pesquisa classifica-se como descritiva, de cunho essencialmente bibliográfico, pois objetiva explorar o tema proposto através de uma análise qualitativa de pesquisa, que será complementada com a utilização de dados quantitativos que surgirão ao longo do desenvolvimento deste trabalho.

Também faz parte da metodologia desta pesquisa, as fontes documentais (dados técnicos e de balanço), produzidas e publicadas pelas empresas privatizadas, pelo governo, além destes, a pesquisa contemplará informativos do Banco Mundial, que tratam de modo geral das privatizações em Cabo Verde, artigos e jornais locais também publicados tratando desta questão.

No trabalho ficou faltando algumas referências bibliográficas, por causa da falta de informações referentes à Cabo Verde e da dificuldade em conseguir esses livros.

Este trabalho está dividido em quatro capítulos. Além do Capítulo I que faz a introdução do tema, abordando os objetivos gerais e específicos, o Capítulo II faz um apanhado geral sobre a história de Cabo Verde. No Capítulo III é estudada a questão do Estado na economia Caboverdiana mais precisamente o papel do setor empresarial do Estado. O estudo das privatizações e os resultados deste estado são tratados no Capítulo IV. Também cabe a este último capítulo, as conclusões finais para os objetivos centrais do trabalho.

CAPITULO II

2. Cabo Verde: Do seu achamento à independência nacional

O objetivo deste capítulo é de contextualizar o país, ressaltando alguns aspectos mais importantes da sua história, como o processo da luta pela libertação nacional, desenvolvimento político e o desenvolvimento socioeconômico do país.

2.1. As diversas etapas da formação econômica de Cabo Verde

As expansões marítimas Européia, iniciadas principalmente pelos portugueses, possibilitaram aos seus navegadores ter contato com a costa ocidental da África, território até então desconhecido, do que resultou no descobrimento das ilhas de Cabo verde em 1460.

Situado no atlântico, a cerca de 650 km da costa oeste africana, o arquipélago de Cabo Verde é constituído por dez ilhas e oito ilhéus dispostos em dois grupos: o de Barlavento e o de Sotavento.

Quanto ao povoamento das ilhas de Cabo Verde o que se sabe é que foi iniciada com os negros africanos trazidos como escravos pelos portugueses, africanos livres e comerciantes. Nesse sentido, Andrade escreveu que,

“No povoamento das ilhas não houve apenas escravos; também existiam negros livres como os banhuns, cassangas e Brames, que acompanhavam espontaneamente os comerciantes, os mercenários e os capitães de navios; muitos deles falavam a língua portuguesa e alguns iam a Santiago para serem cristianizados” (Andrade, 1996, pg 42).

Essa diversidade de povos que povoaram as ilhas até então descobertas juntamente com a distância que separava o arquipélago da metrópole (Portugal), como também as dificuldades de se comunicarem, devido às condições de navegação da época, possibilitaram um processo de mestiçagem nas ilhas que atinge cerca de 90% da população.

Devido a sua posição geográfica no meio do Oceano Atlântico segundo Fernandes (2002), Cabo Verde tornou-se um ponto de parada estratégico para o abastecimento de água e de alimentos e num entreposto comercial, inclusive de escravos. Isso fez com que Cabo Verde desempenhasse um papel importante para a navegação marítima e aérea porque se situa no cruzamento que liga os três continentes banhados pelo Atlântico: Europa, África e América.

Para fugir de uma colonização dolorosa que demorou cerca de cinco séculos, nos anos de 1950 começou o processo de luta pela Libertação Nacional que terminou com o surgimento de novos Estados Africanos. O movimento pela Libertação Nacional aconteceu em todas as colônias Africanas, e tinha como objetivo maior colocar fim ao colonialismo e reivindicar independência política, cultural e social que, até então, era negada a esses povos.

É necessário realçar que a conjuntura internacional que se vivia nesse período (1950) favoreceu o surgimento de outra política colonial que contribuiu para que emergisse no seio dos Cabo-verdianos uma possibilidade de luta para conseguir a sua independência. Deste modo, os intelectuais Cabo-verdianos, que na sua maioria estudavam em Lisboa - Portugal, liderado pelo Amílcar Cabral, começou a se reunir com o objetivo de criar um movimento de luta juntamente com outros companheiros africanos visando a independência nacional. Esses intelectuais que criaram o movimento de luta ficaram conhecidos como "*pequena burguesia revolucionaria*" (FERNANDES, 2002)

Segundo Thornton (2004), nas primeiras décadas do século XX, sem que nada o fizesse esperar, Cabo Verde conhece um importante e inusitado desenvolvimento cultural e educativo, em flagrante contraste com a sua pobreza económica. É, talvez, a partir daí que as ideias de autonomia e de independência nacional começaram a germinar ganhando fôlego nos anos 40, com a geração de Amílcar Cabral que viria a criar em 1956, em Bissau, o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo

Verde. A luta pela independência desencadeia-se em 1964 na Guiné, conduzida por Amílcar Cabral que pretendia construir uma pátria comum com Cabo-Verde.

Este grupo constituído por Amílcar Cabral, e mais cinco companheiros (estudantes em Lisboa) fundou em Setembro de 1956, em Guiné Bissau, o Partido Africano para Independência de Guiné Bissau e Cabo Verde (PAIGC). O objetivo principal era reivindicar o direito de autodeterminação, independência e a unidade dos dois povos - Guiné Bissau e Cabo Verde (FERNANDES, 2002).

Para Cabral havia uma ligação estreita entre a luta pela independência, a construção da nação e o desenvolvimento. Um era inconcebível sem os outros. Para poder trilhar o caminho de desenvolvimento era necessário, antes de mais nada, libertar o território do jugo estrangeiro e criar uma nação. A conquista dos direitos cívicos e da soberania pressupunham a conquista da independência nacional. Os pressupostos que estão na base dessa afirmação prendem-se com a própria natureza do colonialismo que « *é em primeiro lugar uma dominação económica* » (Cabral 1979: 34). «*...o primeiro objetivo, no fundo, da nossa resistência e da nossa luta é libertar a nossa terra economicamente, embora antes tenhamos que passar pela libertação política* » (Cabral 1979 : 34).

Por outras palavras, Amílcar Cabral partia do princípio de que sob dominação política não é possível desenvolver a capacidade de trabalho, de produção, das riquezas naturais já reais ou em potência, bem como os meios de produção. Utilizando um conceito caro a Marx e aos marxistas, no fundo do que se tratava era de eliminar todas as barreiras que pudessem obstaculizar ou dificultar o livre desenvolvimento das forças produtivas.

Esta libertação devia passar por uma desconstrução ao mesmo tempo política e económica.

Do ponto de vista político, era necessário, entre outras tarefas, acabar com as concepções erradas que o colonialismo português tinha propalado ao longo dos tempos, nomeadamente sobre a missão civilizadora do colonialismo e sobre a incapacidade dos Africanos em contruir uma vida mais condigna para si, para os seus filhos e para o seu povo. No aspecto económico impunha-se destruir a economia dos portugueses e construir a economia do novo Estado. Esta dialéctica de construção versus

desconstrução tinha também uma carga simbólica, pois significava igualmente lutar contra as concepções errôneas sobre os objetivos da luta e o comportamento dos dirigentes.

Assim, segundo Fernandes (2002), Amílcar Cabral, ideólogo e estrategista, conhecido como principal líder do movimento da luta pela independência de Cabo Verde e de Guiné Bissau, além de permitir que os dois povos forjassem a sua liberdade e dignidade, possibilitou a afirmação desses países no plano internacional.

O movimento da libertação nacional dirigida pelo PAIGC contra o governo colonial português, além de ter como objetivo principal a libertação dos dois povos, também pretendia que Cabo Verde e Guiné Bissau se tornassem um único país e com uma só luta, uma vez que os fundadores do PAIGC eram descendentes de Cabo-verdianos e Guinenses. Outro motivo é que os dirigentes de Cabo Verde e Guiné Bissau se consideravam historicamente vinculados, na medida em que tiveram uma experiência de complementaridade econômica e administrativa que remota aos anos de 1550.

O derrube da ditadura em Portugal, a 25 de Abril de 1974 (Revolução dos Cravos), *condiziu, enfim à independência de Cabo Verde e da Guiné-Bissau*. No dia 26 de Agosto de 1974, em Londres e depois em Argel, o governo português reconhece o Estado da Guiné-Bissau, assim como o direito de Cabo Verde à Independência. O PAIGC é também reconhecido como o único e legítimo representante dos povos da Guiné-Bissau e de Cabo Verde.

Cabo Verde, nascido na sequência da revolução dos cravos em Portugal iria *fazer um longo percurso até se tornar no país democrático que hoje é*.

Governado inicialmente por um sistema de partido único, de inspiração marxista, como de resto se passou com todas as outras ex-colónias portuguesas, viria a separar-se da Guiné-Bissau em 1980, na sequência de um golpe de estado. O PAIGC dá, então lugar ao PAICV (Partido Africano da Independência de Cabo Verde), restringindo a sua ação a Cabo Verde, com base numa política de não alinhamento com quaisquer dos blocos políticos de então.

2.2. Breve caracterização da Economia Cabo-verdiana no período pós- independência

Antes da independência, os líderes africanos viam no Estado um instrumento para o bem-estar público, um meio para acabar com a pobreza e para instituir a paz, e foi essa visão que motivou as lutas para independência. Contudo, no período pós-independência, as estruturas centralizadas e autoritárias do estado colonial não foram ultrapassadas, pelo contrario, se perpetuaram com o sistema monopartidário. Tal sistema se caracterizou por um alto grau de centralismo político com caráter patrimonial. Esse aspecto patrimonial, segundo Falton (1990), é fruto e herança da estrutura colonial.

A transição do regime colonial para um sistema político independente permitiu certa descontinuidade, mas não significou transformações profundas na economia tampouco na estrutura burocrática do Estado. A exploração econômica do continente, durante a colonização, fez com que os países africanos se transformassem em economias dependentes e, por conta disso, o capitalismo naquele continente falhou no desenvolvimento de uma burguesia hegemônica e de uma classe proletária forte. Portanto, de nada serve a libertação do território da dominação do colonialismo português se ela não se traduzisse numa melhoria das condições de vida das populações, desse mesmo território, principalmente das camadas menos favorecidas. Esta era a convicção de Cabral, antes de rematar que “a nossa luta na Guiné é para a nossa gente do mato, em primeiro lugar, gente que viveu durante séculos e séculos dentro duma tabanca, sem conhecer para além de 5 quilómetros da sua casa, gente que não sabe o que é uma escola, o que é um medicamento para curar as doenças que lhe encham o corpo » (Cabral 1979).

Cabral estava mais do que convencido de que era possível vencer a miséria, e de esta não era uma fatalidade, mas fruto de relações de dominação e de exploração impostas pelo colonialismo português. «...convencer cada um na sua consciência de que hoje há miséria, amanhã a miséria vai acabar ... » (Cabral 1979 : 38). Mas também estava convencido de que a erradicação da miséria não podia resultar dum milagre ou de nenhuma força externa ou mesmo extraterrestre, mas sim de um trabalho árduo, com muitos sacrifícios tanto dos dirigentes como do próprio povo. Tudo indica que Cabral tinha consciencia da dimensão ideológica do atraso do povo tanto Guineense como

Cabo-verdiano. Ou seja, Cabral parecia ter consciência da necessidade de encarar o desenvolvimento da Guiné e Cabo Verde num quadro regional e continental.

Seria exagerado querer sugerir que Cabral tinha ideias claras e precisas sobre o que seria o desenvolvimento de Cabo Verde após a conquista da independência. Mas também não se pode negar o fato de ele ter deixado fragmentos, embora rudimentares, do que seria esse desenvolvimento no pós-independência, nomeadamente sobre o lugar da agricultura na economia independente, a relação desta com o artesanato e a pequena indústria, o papel económico do Estado, o lugar e o papel do plano enquanto instrumento de coordenação e de gestão dos recursos económicos, etc.

O Estado, no período pós-independência, transformou-se no primeiro – e em alguns casos no único – instrumento para ascensão social. Segundo Falton (1990), a classe com poder na África é aquela que detém o poder do Estado, pois este é o único meio que pode transformar uma classe em dominante.

Os finais dos anos 60 e princípios de 70 foram também uma época marcada por aquilo que alguns autores consideram de pensamento ortodoxo sobre o desenvolvimento (Oman & Wignaraja 1991). Enquanto que o modelo de “ economia dual “ dos anos 50 e 60 sublinhava a coexistência, nos países em desenvolvimento, de um setor moderno capitalista e outro tradicional ou rural de subsistência, em Cabo Verde a economia apontava para a acumulação de capital e a industrialização como o caminho conducente ao desenvolvimento, sendo o setor rural aquele que fornece o excedente de mão-de-obra e parte do capital necessário à industrialização. A acumulação de capital e a industrialização eram percebidas por muitos escritores e políticos como o veículo através do qual os países desenvolvidos conseguiram o crescimento e o desenvolvimento e por isso eram vistos por muitos como o caminho através do qual os países em desenvolvimento podiam alcançar o desenvolvimento.

Apenas nos finais dos anos 60 e particularmente durante os anos 70 se conseguiu ultrapassar este pensamento que punha uma pesada ênfase na industrialização, substituindo-o por um enfoque na agricultura e na necessidade de desenvolver o setor rural por direito próprio. Uma das causas dessa mudança de atitude foi a crescente desilusão com a estratégia e as políticas de industrialização centradas na substituição da importação. Uma outra causa foi a chegada das técnicas de produção e a sua aparente, embora controversa aplicabilidade às condições dos pequenos produtores rurais.

Comparando o desenvolvimento dos povos africanos com o de outros povos, Cabral admitia que era possível queimar etapas, que qualquer que fosse o nível atual das

forças produtivas e da sua estrutura social, uma sociedade poderia avançar rapidamente, através de etapas definidas e adequadas às realidades concretas locais, para uma fase superior de existência. Este posicionamento pode ser considerado crítico à teoria de desenvolvimento linear de Rostow (1960), segundo a qual as sociedades teriam que passar por cinco estados diferentes.

Segundo Cabral, tal desenvolvimento, para além das possibilidades concretas de desenvolver as suas forças produtivas, é essencialmente condicionado pela natureza do poder político que dirige essa sociedade, pelo tipo de Estado e pela natureza da classe ou classes dominantes no seio dessa sociedade.

Mas tanto a construção da nação quanto a formação do Estado transformaram-se numa obsessão dos políticos. Em nome da construção da nação e da unidade nacional, negligenciaram-se, ignoraram-se ou sacrificaram-se as diferenças, as clivagens e as contradições que marcavam as sociedades pós-coloniais. Em nome do Estado e da necessidade de implantação da sua autoridade construíram-se regimes autoritários e ditatoriais, que pouco tinha que ver com os interesses e as aspirações dos povos, quer tivessem feito uma luta armada de libertação ou não.

Exemplo disso verá mais adiante que o domínio do PAICV, durante o regime monopartidário em Cabo Verde, se dá em todos os níveis. No plano econômico, veremos que há um controle rígido do Estado fazendo com que a economia seja centralizada e estatizada.

2.3. Desenvolvimento Econômico

Cabo Verde é um pequeno país Africano que tem a particularidade própria dos pequenos países, o que não pode ser ignorado na análise da sua estrutura política, social e principalmente econômica. Por ser um pequeno país, a sua economia é aberta e com forte dependência do comércio e da ajuda externa, assim como das remessas dos emigrantes que estão na diáspora. Com isso, ela apresenta algumas dificuldades em atrair investimentos externos, e o setor público é o principal empregador num mercado de trabalho formal limitado (FERNANDES, 2002).

As condições agrícolas são ruins por causa das condições naturais, pois existe uma percentagem insuficiente de terras cultiváveis e as condições climáticas são desfavoráveis, pois chove muito pouco. Além disso, a economia Cabo-verdiana tem como base a agricultura e a pesca. Devido ao clima, a agricultura é mais voltada para o consumo interno, mas com pequenas exportações, principalmente da banana e do café;

“ A agricultura e as atividades complementares constituem o problema fundamental, porque delas depende a satisfação das necessidades mais elementares da população” (SANTOS, 1995)²

Além disso, segundo Grassi (2003)³, não foram criadas condições para o desenvolvimento da indústria, que também é muito incipiente e com bases frágeis, e por conta disso a economia cabo-verdiana assumiu uma faceta totalmente dependente do exterior, que graças a doações, quer a nível financeiro, quer a nível alimentar, permitiu a sobrevivência do arquipélago.

Como pequena economia aberta numa envolvente cada vez mais globalizada e competitiva, Cabo Verde é muito condicionada pela conjuntura externa, tendo também em conta a sua pouco desenvolvida base produtiva. O país tem tido normalmente o FMI como principal parceiro no processo de estabilização macroeconómica, firmando sucessivos acordos e programas com aquela instituição.

Esses problemas são decorrentes de um conjunto de constrangimentos estruturais como, por exemplo, a falta de recursos naturais, forte pressão da população sobre estes meios, reduzida dimensão territorial, insularidade, descontinuidade territorial, escassez de recursos hídricos, secas prolongadas, reduzido potencial de terra cultivável, localização geográfica à margem das correntes principais do comércio internacional, forte ritmo de crescimento demográfico, exigüidade do mercado de trabalho, pobreza, fome, e as heranças coloniais, que são evidentes no país (FERNANDES, 2002)

Neste sentido, Grassi diz que:

² Santos, Maria Emília Madeira (org.), História Geral de Cabo Verde. Lisboa. 1995

³ Mariza Grassi é uma economista portuguesa e investigadora de contextos Africanos.

“A independência encontra a economia de Cabo Verde ancorada na estrutura sócio-econômica herdada do modelo colonial de desenvolvimento, a qual apresenta um profundo atraso. Na ausência de atividades produtivas do setor público, o setor privado era essencialmente formado pela agricultura, pesca e construção civil.” (Grassi, 2003, pg 108).

Afonso compartilha da mesma opinião ao afirmar que:

“No momento da independência a sociedade Cabo-verdiana continuava com um fraco desenvolvimento das forças produtivas. Apresentava uma economia de mercado atrasada e limitada às poucas áreas urbanas e o predomínio de uma economia de subsistência, condicionada a evolução social e o desenvolvimento de classes sociais” (Afonso, 2002, pg 90).

Cabe dizer ainda que o desenvolvimento de Cabo Verde tem sido marcado, nas últimas décadas, por avanços e recuos resultantes da vulnerabilidade econômica do país, da sua pobreza em termos de recursos naturais, de uma fraca base produtiva e uma forte dependência em relação aos fluxos financeiros externos, pois o peso da ajuda pública externa ao desenvolvimento e as remessas dos emigrantes torna-se fundamentais para sustentar a sua economia. Por conta disto, a estrutura econômica em Cabo Verde sempre foi frágil e bastante insular.

Deste modo, Grassi (2003), argumenta que as más condições da economia foram intensificadas pelo modelo de desenvolvimento adotado pelo regime monopartidário. Durante os quinze anos de partido único optou-se por um modelo de desenvolvimento baseado na economia planificada e totalmente dependente do Estado. Naquele período, colocaram-se de lado as possibilidades de desenvolvimento do setor privado e de atividades voltadas para exportação. Criou-se, assim, uma estrutura econômica fortemente subordinada ao Estado que detinha o controle de exploração de todas as atividades econômicas e das regras do mercado.

Podemos notar que em Cabo Verde, a presença forte do Estado se dá em todos os setores através de empresas públicas por ele criadas ou então por empresas mistas, mas cabendo a maior parte das ações ao Estado. Com isso, esse modelo econômico

impossibilitou o desenvolvimento de um setor privado e tornou a economia Cabo-verdiana totalmente subordinada ao Estado.

De acordo com o documento Programa de Cooperação (2002):

“Uma das fragilidades da economia Cabo-verdiana, que constitui ao mesmo tempo um indicador da grande vulnerabilidade do país, é o seu grau de dependência de fluxo financeiro externo volátil, designadamente a Ajuda Pública ao Desenvolvimento e as remessas dos emigrantes (Programa de Cooperação, 2002).

A fragilidade do setor privado levou a um “inchamento” do setor público, o que constitucionalmente dificultava o investimento externo e privado no país. Assim, a economia, em finais de 1985, já dava sinais de estagnação e de falência, e a partir daí os dirigentes do partido começam a perceber que o modelo de economia planificada perpetuou negativamente as condições económicas do país, que já eram naturalmente frágeis (EVORA, 1998).

Os resultados dos quinze anos de economia planificada foram o aumento considerável da dívida externa e interna, saldo negativo de muitas empresas públicas e a pouca capacidade produtiva.

Um outro fator que contribuiu para piorar este cenário foi a redução da ajuda pública ao desenvolvimento, feita pelos países doadores. Naquele momento, o governo conscientizou-se de que as deficiências estruturais foram agravadas pela política económica adotada pelo partido, a qual impossibilitou o desenvolvimento de um setor privado e de um sistema económico baseado na concorrência (CABO VERDE, 1997).

Concluindo, podemos ver que o crescimento económico de Cabo Verde tem como determinante o clima de estabilidade política que conhece o país. As autoridades Cabo-verdianas optam por uma economia de mercado. O mercado apresenta-se, assim, favorável ao investimento estrangeiro. Assim, as mudanças importantes que se verificaram nos últimos anos, marcadamente assinaladas com a transição de um sistema económico centralizado para uma economia de mercado, acrescidas do fato de se ter implantado um «Modelo de Inserção Dinâmica» de Cabo Verde na economia mundial, fazem do país um mercado preferencial de atração do investimento estrangeiro. Nesse contexto, Cabo Verde serve de placa giratória para os países da sua região.

Cabo Verde tem uma superfície utilizável economicamente muito limitada e sem riquezas minerais significativas. A agricultura é caracterizada pela extrema dependência das chuvas, que são fracas e mal distribuídas no tempo e no espaço. E isso, acaba por se tornar um grande problema do país, na medida em que a produção agrícola, por depender basicamente das chuvas, não garante a segurança alimentar da população. Os recursos do mar são potencialmente importantes, mas o seu aproveitamento ainda é pouco significativo.

Os principais setores e sub-setores da economia Cabo-verdiana são o do setor terciário, em particular o Comércio (pelo seu peso no PIB), os Serviços Governamentais (pelo seu impacto); as Comunicações (pela sua dinâmica); a Construção Civil (pelo seu impacto); e a Agricultura (pelo seu peso e importância estratégica na criação de emprego, fixação das populações e redução da pobreza) apesar da escassez das chuvas.

Conforme nos mostra Ferreira,

“O setor serviços, em particular o comércio, é o setor mais produtivo e continua a ser, ainda hoje, o principal impulsionador da economia. O comércio grossista e retalhista e a utilização dos portos e aeroportos internacionais constituem atividades de grande importância” (FERREIRA, 1998).

Neste contexto, pode-se afirmar que o futuro da economia Cabo-verdiana encontra-se no setor de serviços, sendo o desenvolvimento dos serviços internacionais a vertente privilegiada. Há que se destacar o setor turismo como a área de maior potencial, e que pode dar uma maior contribuição para o desenvolvimento do país, uma vez que, este é um setor que está crescendo muito em Cabo Verde devido à própria condição geográfica e climática que permite o seu desenvolvimento e atrai investimento externo.

No que se refere à política econômica que vem sendo adotada pelo Governo de Cabo Verde é marcada principalmente pelas profundas mudanças na estrutura do funcionamento da economia Cabo-verdiana, por causa da liberalização e privatização de importantes ramos da atividade econômica.

Devido às mudanças que aconteceram na economia, em 1999 segundo Fernandes (2002), o Conselho de Ministro aprovou um conjunto de medidas jurídicas entre eles o Decreto-Lei nº. 399, de 1 de Fevereiro, que liberaliza totalmente as importações, face ao fenómeno da crescente globalização da economia e, particularmente, do comércio internacional. Assim, esse instrumento jurídico vem consagrar “o fim do processo de liberalização gradual do sistema de plafond iniciado em 1992, abrindo desta forma novas perspectivas para os operadores económicos e para os consumidores criando assim condições para um funcionamento pleno das regras de concorrência entre os diferentes agentes económicos no mercado” (Monteiro, 2001, pg 51).

Apesar das constantes variações, nos últimos anos a situação macroeconómica tem-se caracterizado por uma baixa taxa de inflação e segundo os dados estatísticos de 2002 a taxa de inflação foi de 4%.

No entanto, pode-se dizer que na década de noventa, a economia Cabo-verdiana beneficiou-se do crescimento dos investimentos externos, sobretudo no setor bancário e no setor hoteleiro, com a venda a grupos estrangeiros de suas principais empresas estatais e de 80% de seu sistema financeiro, bem como com o crescente fluxo de remessas da população emigrada. Mas por outro lado, verifica-se uma diminuição da ajuda externa por parte de alguns doadores, que, em vista do crescimento da renda per capita no país, tendem a restringir os montantes de sua cooperação financeira.

É importante frisar que Cabo Verde conseguiu passar para a comunidade internacional a imagem de um país bem administrado politicamente, apesar de ter pouco recurso. No entanto, enfrenta o desafio de persuadir seus parceiros a manter os níveis atuais da ajuda económica e reverter esta tendência de diminuição dos financiamentos atualmente oferecidos.

Além da ajuda das Organizações Internacionais como o Banco Mundial, Banco Africano para o Desenvolvimento (BAD) e a União Europeia, Cabo Verde tem mantido negociações com o FMI, visando inclusive o saneamento da dívida pública do país. Como consequência do Governo do Partido Africano da Independência de Cabo Verde, o país está vivendo uma nova conjuntura económica determinada pela passagem de Cabo Verde para País de Desenvolvimento Médio.

2.4. Desenvolvimento Político

Após a Independência Nacional em 5 de Julho de 1975, a formação do Estado foi desenvolvida pelo PAIGC, que liderou toda a luta da libertação nacional tanto de Guiné Bissau como de Cabo Verde. Este partido governou Cabo Verde até 1981, altura em que ocorreu o golpe de estado em Guiné Bissau. Em consequência disso, houve uma cisão no interior do PAIGC o que possibilitou a separação dos dois países. A partir desta data Cabo Verde foi governado pelo PAICV.

O governo de PAICV durou cerca de quinze anos e ficou conhecido como regime de partido único de tendência socialista, na medida em que não era permitida a existência de outros partidos políticos. Este governo tinha como prioridade criar as bases para o desenvolvimento do país, principalmente nas áreas de educação, saúde e infra-estrutura.

Em Cabo Verde, assim como em toda a África, o Estado tornou-se o principal meio de mobilização e de ascensão social. Mas, como diz Flanary (1998), o Estado se transformou num instrumento negativo pois, em vez de agir para prover o bem estar da maioria, assumiu um carácter patrimonial e clientelista.

Silveira (1992) diz:

“O PAICV apesar de se proclamar como partido do “povo”, na prática, se transformou num partido marcado por uma estrutura elitista onde só se beneficiava quem estava dentro da estrutura partidária. Como o Estado era visto como um instrumento ao serviço do partido, a administração burocrática em Cabo Verde assumiu uma feição extremamente politizada: só ascendia na carreira de servidor público quem demonstrasse total fidelidade e apoio ao partido (SILVEIRA, 1992, p. 78)

Segundo Cardoso (1993), esse domínio do partido na administração pública foi tão forte que foi até publicado um decreto-lei que obrigava os funcionários públicos a fazerem um juramento de fidelidade aos princípios do partido e, nos concursos públicos, exigia-se conhecimento do programa do PAICV.

Para além do problema de identificação do Estado, existe também a herança autoritária que vem desde da colonização e que foi acentuada no período pós-independência por meio da implantação de regimes monopartidários. Para Flanary (1998), é esta estrutura autoritária que tem dificultado o desenvolvimento da democracia no continente africano, o Estado herdou e perpetuou-se como instrumento negativo na África.

Com as mudanças na política a nível mundial e o processo de democratização dos países Africanos, em 1990 deu-se a abertura política em Cabo Verde, que possibilitou o surgimento de novos partidos políticos, como Movimento Para Democracia (MPD) liderada pelo Dr. Carlos Veiga. Surgiu assim, um novo ator político no cenário nacional.

De acordo com Programa de Cooperação, “depois de 15 anos de monopartidarismo o processo de democratização de Cabo Verde foi iniciado em Fevereiro de 1990 com uma declaração política a que se sucedeu um amplo movimento popular” (Programa de Cooperação, 2002, pg 23).

Depois de várias negociações entre o PAICV, partido no poder e o MPD, a oposição, foram marcadas as primeiras eleições democráticas multipartidárias no país, que foram realizadas no dia 13 de Janeiro de 1991;

“Foi neste contexto que o Movimento Para a Democracia (MPD) venceu as primeiras eleições multipartidárias realizadas em 1991, com maioria qualificada, e foram organizadas as primeiras eleições municipais. Em 1992, a Assembléia Nacional aprovou uma nova Constituição que consagra o Estado de Direito Democrático. Em Cabo verde vigora assim um regime de Democracia Parlamentar Pluralista conforme o figurino previsto na Constituição promulgada em 1992. Os Órgãos da soberania são o Presidente da República, a Assembléia Nacional, o Governo e os Tribunais” (PROGRAMA DE COOPERAÇÃO, 2002, PG 24).

Desta eleição o PAICV saiu claramente derrotado, colocando fim ao período do partido único (1975 – 1990), e iniciou-se o sistema do pluripartidarismo e democracia marcado pela conquista dos direitos principalmente civis, políticos, liberdade de expressão e de imprensa, liberdade de associação, manifestação e direito a greve. O novo governo, liderado por Dr. Carlos Veiga (Primeiro Ministro) e Antonio

Mascarenhas Monteiro (Presidente da República) definiu os rumos do país apostando fortemente na abertura da economia Cabo-verdiana aos investidores estrangeiros.

Também nessa mesma década alguns partidos que já existiam ganharam força e visibilidade como, por exemplo, União Cabo-verdiana Independente e Democrática (UCID), como também surgiram outros partidos políticos como o Partido Social Democrático (PSD), Partido da Convergência Democrática (PCD) e o Partido da Renovação Democrática (PRD). Estes dois últimos surgiram devido às divergências ocorridas no interior do MPD.

De acordo com a Constituição em vigor desde setembro de 1992, Cabo Verde é uma República Democrática multipartidária, sendo o chefe de Estado o Presidente da República. O tipo de governo é República parlamentar com um equilíbrio razoável entre o Primeiro Ministro e o Presidente da República, e com alguma descentralização interna a nível autárquico. O poder executivo é exercido pelo Primeiro Ministro e pelo Conselho de Ministros.

Como acabamos de ver Cabo Verde é um país jovem, pois tem apenas 34 anos de independência, sendo que os primeiros 15 anos foram no sistema de partido único.

2.5. As possibilidades de Cabo Verde, e sua inserção na Economia Mundial

A globalização da economia e a integração regional são realidades que se impõem aos países individualmente considerados, sobretudo aos mais pequenos e pobres como Cabo Verde, os quais se vêm impelidos a procurar alianças e parcerias que lhes permitam enfrentar, com alguma possibilidade de êxito, os grandes desafios da globalização. Nesta perspectiva, Cabo Verde desenvolve uma intensa atividade político/diplomática visando encontrar elementos de contacto com outros países que procuram pontos de apoio para as políticas de internacionalização das suas empresas, na região geográfica ou político /cultural em que se insere” (MCE, 1997).

Até agora vimos que, a independência política e o processo de democratização da sociedade Cabo-verdiana, foram e serão dois dos marcos mais importantes na sua história recente, com reflexos sem precedentes para afirmação enquanto nação e libertação. Além disso, podemos perceber que as políticas de reforma empreendidas em Cabo Verde durante os últimos quinze anos compreenderam três géneros de medidas: i) a nível das reformas estruturais, ii) a nível das políticas macroeconómicas e iii) a nível das reformas visando a integração de Cabo Verde na economia internacional.

Em primeiro lugar, as medidas de carácter estrutural, com impacto a nível micro-económico, visam melhorar a afetação dos fatores de produção e favorecer o crescimento do setor privado. Entre as mais importantes destacam-se: o encorajamento do setor privado, a promoção da criação e desenvolvimento de pequenas e médias empresas, a privatização da maior parte das empresas públicas, o reforço dos direitos de propriedade na agricultura, a abolição dos controles de preços, a liberalização do comércio externo, uma liberalização, ainda que limitada, da legislação do trabalho, e a modernização do direito comercial (DECRP, 2004).

O segundo tipo de reformas refere-se à orientação dada às políticas monetária e fiscal. O papel dominante conferido ao mercado na alocação dos recursos e na distribuição dos rendimentos clarificou o papel do Estado na economia. Várias medidas acompanharam esta redistribuição de funções. As políticas monetárias e orçamentais foram articuladas através do estabelecimento de um sistema bancário a dois níveis, com

um banco central autónomo capaz de conduzir uma política monetária controlada e de supervisionar o segundo nível, este constituído pela banca comercial e outras instituições financeiras (DECRP, 2004).

Em terceiro lugar, a política de reformas que visa melhor integrar a economia de Cabo Verde na economia mundial. Neste, destacam-se dois tipos de medidas: abertura da economia à concorrência internacional e promoção e diversificação das exportações. A supressão dos contingentes à importação, a simplificação e abaixamento dos direitos aduaneiros sobre os produtos importados e a supressão do monopólio da Empresa Pública de Abastecimento (EMPA), relativamente à importação de produtos alimentares, são exemplos de medidas visando a liberalização do comércio internacional (DECRP, 2004).

Nesta trajetória de reformas, o país conseguiu alcançar progressos assinaláveis em todos os domínios, nomeadamente nas áreas políticas, económicas e sociais.

Na esfera política, o país edificou um sistema democrático e estável, no qual os conflitos são resolvidos de forma pacífica e com respeito pela lei. Nesse quadro, a nação organizou sucessivas eleições presidenciais, legislativas e locais, livres e transparentes, com um elevado nível de participação dos cidadãos, de acordo com a ordem constitucional estabelecida.

No domínio económico, Cabo Verde conseguiu também resultados notáveis. O crescimento económico nos últimos anos foi superior a 7% por ano, acima do de outros países da sub-região e dos países subsaharianos. A adoção de políticas adequadas e a boa governação permitiram que a ajuda da comunidade internacional, conjugada com o investimento privado externo e nacional, fosse gerida de forma transparente e direcionada para os alicerces do desenvolvimento.

A opção de Cabo Verde no sentido de reforçar a sua integração na economia mundial é comprovada pelo pedido de adesão à Organização Mundial do Comércio (OMC) em 1999. Contrariamente à orientação dos países da África Ocidental, Cabo Verde deu prioridade à liberalização comercial multilateral. Numa certa medida esta orientação da política comercial reflete a estrutura do comércio externo do país, que é fortemente concentrada nos países industrializados, em particular nos países Europeus.

Segundo DECRP (2004) as medidas da terceira reforma económica permitem que o Estado desenvolva política de parceria estratégica que servirá de suporte ao

desenvolvimento de um setor exportador e à inserção dinâmica de Cabo Verde na economia mundial. Portanto, esta estratégia visa a edificação de uma economia aberta e estável, com uma qualidade elevada de gestão e baseada em normas, mecanismos e instrumentos que melhorem a credibilidade interna e externa do seu funcionamento, sintonizando o sistema econômico Europeu com o Cabo-verdiano.

Portanto, falar da inserção de Cabo Verde na economia mundial, significa falar da parceria especial entre Cabo Verde e a união europeia. Esta parceria oferece ao país uma oportunidade ímpar de alcançar um patamar mais elevado nos domínios da governação, da segurança e estabilidade, da transformação e modernização e de melhorar as condições de acesso ao conhecimento e à informação. Trata-se de um processo vital para o objetivo de elevação do desempenho das infra-estruturas institucionais visando facilitar as trocas comerciais, sobretudo na expectativa de Cabo Verde se desenvolver como um país provedor de serviços especializados.

Ela deve ainda criar espaço para a absorção de uma cultura que conjugue o dinamismo com a criatividade e seja capaz de se aliar e estabelecer parcerias entre investidores externos e nacionais, assim como a melhoria da rede de infraestruturas. Nesse quadro, o aproveitamento das capacidades e do know-how de que a nossa diáspora é detentora, assim como as possibilidades que a integração regional oferece, constituem fatores importantes a ter em conta (DECRP, 2004).

Como exemplo desta parceria podemos ter como referência o Acordo de Cooperação Cambial com Portugal (ACCP), assinado em 1998, permitiu a adoção de uma taxa de câmbio fixo, com base num cabaz de divisas, primeiro em relação ao escudo português em 1998, e depois em relação ao euro em Janeiro de 2000. Esta política diminuiu o risco cambial e contribuiu para uma maior integração económica e financeira da economia de Cabo Verde na economia mundial (MCE, 1997).

Esta estratégia preconiza a economia de mercado e a integração dinâmica de Cabo Verde na economia mundial. Tal estratégia implica a criação de condições capazes de atrair o investimento externo e garantir a livre circulação de pessoas, capitais, mercadorias e tecnologia. Assegura ao país, igualmente, uma melhor participação no comércio internacional e ainda a promoção da iniciativa empresarial endógena” (MCE, 1997, apud SANTOS, 2000)

Portanto, para que tal integração houvesse, Cabo Verde precisou criar condições e a aposta para tal foi um crescimento forte e sustentado baseado não só no investimento externo mas também, no setor privado. Assim, o Governo, na sequência da aprovação do seu novo programa e considerando a nova estratégia adotada para a transformação e desenvolvimento de Cabo Verde num país moderno e competitivo, introduziu uma nova abordagem da política da reforma do Estado.

Com esta nova estratégia, ela pretendeu que o processo de implementação da reforma seja mais consentânea com os novos desafios de competitividade, de inserção no mercado mundial e com os objetivos da transição económica, de país subdesenvolvido á condição de desenvolvimento médio, e sobretudo salvaguardar a melhor coordenação e articulação de todo este processo, garantindo a consequente visão integrada e sistémica da estratégia da reforma adotada, uniformidade na sua concretização, sinergias de recursos e dos custos disponíveis, bem como, assumir atitudes de liderança, dinamismos, participação e apropriação durante toda a fase de implementação (UCRE, 2006).

Em resumo, Cabo Verde procura, com essa parceria, "mais segurança e desenvolvimento" e obter "muitos mais recursos" através do fundo Europeu de Desenvolvimento.

CAPÍTULO III - A MUDANÇA DO PAPEL DO ESTADO NA ECONOMIA CABO-VERDIANA

Este capítulo tem como objetivo recuperar o debate sobre o papel do Estado na economia por meio de uma revisão na relação Estado/mercado em que a empresa estatal é importante manifestação.

3.1 O Surgimento do Aparato Econômico do Estado

Após a segunda guerra mundial iniciou-se um processo de consolidação do peso do Estado na atividade econômica. Contudo, a intervenção do Estado em atividades diretamente produtivas, em economias de caráter nitidamente capitalista, vem sendo fonte de controvérsia constante tanto no campo das ciências sócias quanto no plano político ideológico.

Em decorrência da desaceleração do ritmo do crescimento econômico ocorrida nos últimos anos, os Estados estão sendo levados a avaliar os seus modos de intervenção, impondo-se assim o exame do impacto das empresas públicas.

Com efeito, no pós-guerra, assistiu-se, embora com diferenças em função de fatores e prioridades de ordem social, política e econômica em todos os países industrializados a um aumento dos objetivos de intervenção do estado, dando origem a setores públicos de considerável dimensão, com importantes ramificações no domínio do setor empresarial.

Assim, de acordo com Mutti e Segatti (1977), a questão da empresa estatal em conjunturas políticas e econômicas específica, tem levado, muitas vezes, a polarizações ideológicas que pouco contribuem para a efetiva compreensão do papel e do significado desta forma de intervenção do estado na dinâmica da economia capitalista.

Reforçando a ideia, segundo Faucher (1982), a crise de 1929 acarretou, no nível da organização da produção, consequências profundas e duráveis. Já se fizera notar, desde o começo do século, que era necessária a intervenção do Estado para fazer respeitar as leis do mercado (leis antimonopólios). A crise econômica de 1929 e a sua

superação demonstraram a importância do Estado na regulação dos ciclos de produção. Assim, a partir do pós-guerra, o conjunto dos países capitalistas adotou o modo de gestão orçamentária que se designa pelo nome de keynesianismo.

“ A crise de 1929 atingiu intensidade e duração sem precedentes, ameaçando um desastre maior ainda em termos globais. A superação dessa mudança implicou várias mudanças, dentre as quais se destaca a entrada definitiva do Estado na esfera econômica” (ROSA, 1980).

Rapidamente percebeu-se que, se os poderes públicos podiam, pelo estímulo à produção e ao investimento, atenuar ou evitar os períodos de desaceleração econômica, estes mesmos instrumentos podiam servir para manter e estimular o crescimento. A intervenção estatal, que originalmente era apenas uma medida anticíclica de alcance limitado, em pouco tempo se tornou sistemática, geral e permanente. A descoberta dos efeitos da intervenção estatal fez então nascer a política econômica e a sua decorrência lógica, o planejamento.

(...)Este instrumento de programação econômica é muito utilizado nos países dirigidos pelo Estado. (...) Ele serve única e exclusivamente para manipular as pretensões da política econômica que o Estado deseja. Elas decorrem do controle do Estado sobre todos os processos econômicos, e a livre vontade do produtor e do consumidor não é levada em conta. Desta forma, tem-se uma economia controlada” (MIGLIOLI, 1983).

De acordo com Abranches⁴ (1980), a ênfase na chamada “estatização, como ponto de partida de reflexão sobre o papel e o significado da empresa estatal, criou a impressão de que esse caso seria atípico no quadro do capitalismo atual, dadas a magnitude e a extensão do envolvimento do estado na produção industrial.

Vendo por uma ótica diferente podemos perceber que, na maior parte a despeito das mazelas oriundas do próprio padrão de desenvolvimento nacional e de definições de

⁴ Sérgio Henrique Abranches, professor de ciência política do instituto universitário de pesquisas do estado do rio de Janeiro.

carácter político, que condicionam as pautas de ação da empresa estatal, o envolvimento do Estado no sistema produtivo tem sido um fator ponderável e necessário à continuidade do processo de acumulação de capital realizado e liderado pelo setor privado da economia. Ainda de acordo com Abranches (1980), a intervenção do estado em atividades diretamente produtivas foi determinada por necessidades de carácter estrutural e político muito diverso.

Percebe-se então que o Estado dispõe de grande número de instrumentos de intervenção. Basta pensarmos na política monetária, na política fiscal, nas tarifas alfandegárias, nos subsídios, empréstimos e na regulamentação. Conjuntamente com a tendência ao aprofundamento da intervenção estatal, constata-se uma tendência à ampliação do papel do Estado. Recordemos que o papel económico do Estado foi originalmente concebido como sendo o de um paliativo para as fraquezas momentâneas de um mercado que falhasse. Posteriormente, para estimular o crescimento, os poderes públicos rapidamente ampliaram a sua ação, substituindo as leis do mercado por seus regulamentos. Assim, para garantir um crescimento que se achava limitado por fatores estruturais, o Estado foi levado a tomar o lugar do setor privado (Faucher, 1982). O investimento público na produção responde, ao fato de a iniciativa privada revelar-se insuficiente para tornar efetivo, o potencial de crescimento de uma economia. Assim nasceu e desenvolveu-se o setor público.

A empresa estatal, em Cabo Verde, está circunscrita ao setor produtivo de bens e insumos básicos. Em virtude de determinações de ordem política, de característica do próprio Estado e circunstâncias económicas particulares, o setor produtivo estatal carece de certa articulação interna. Está profundamente segmentado, o que limita sua capacidade de formulação de esquemas de financiamento e estratégias de investimento comum. Contudo não podemos comparar a experiência Cabo-verdiana sob nenhum aspecto com os dos países Europeus, onde a intervenção estatal não é menor, mas tem sido em alguns casos, mais bem sucedida.

Segundo Rezende (1980), a intervenção do estado tanto no processo de acumulação quanto a forma de participação por ela assumida, são determinadas pelo padrão específico de desenvolvimento do capitalismo em alguns países. Em outras palavras, a intervenção do estado na acumulação e suas formas são determinadas pelo curso de desenvolvimento da estrutura produtiva, pelo grau de heterogeneidade

estrutural na economia, pelos modos de sua inserção na ordem econômica mundial e pela dinâmica política dos interesses sociais.

Vitor Santos (1990) distingue três tipos de empresas publicas:

- a) Aquelas cuja função é produzir bens e serviços que a iniciativa privada não produz de forma ótima, seja devido a propriedades intrínsecas dos próprios bens, sejam pela verificação de externalidades que se geram no respectivo processo de produção ou consumo;
- b) Empresa publica cuja função é a reestruturação de setores econômicos cuja seleção depende do modelo de crescimento socialmente aceite;
- c) Empresa publica cuja função é gerar o Maximo de lucro, concorrendo em geral em setores onde atuam as empresas privadas.

Por sua vez, Leroy Jones (1975) tentou definir as empresas publicas através dos seus “meios e fins”; por meios ele entende o tipo de propriedade da empresa e a forma como as suas decisões são adotadas; por fins, o tipo de produto que oferece.

Convém frisar, que o referido alastramento pós-guerra das atividades públicas e estatais encontra fundamentos em todas as providencias teóricas com abordagens de: raiz neoclássica que tendem a encará-lo como um resultado da crescente procura de serviços governamentais por parte dos consumidores soberanos; e de marxistas assentes no pressuposto das leis motoras do capitalismo.

3.2 O Setor Empresarial do Estado

Nesta seção veremos como este setor percorre todo o tecido económico e empresarial Cabo-verdiano.

3.2.1 A Origem do Setor

Apesar de não ser um fenómeno recente, foi sobretudo no período posterior à II Grande Guerra, que a intervenção do Estado nas economias tende a aumentar e com ela o número de empresas públicas ou outras formas de atuação econômica do Estado, designadamente em países subdesenvolvidos ou em vias de desenvolvimento e, justamente, como instrumento de políticas estruturais de desenvolvimento econômico e social.

Por conta disso, o setor empresarial do Estado (SEE) torna-se responsável pela construção e gestão de infraestruturas públicas fundamentais e pela prestação de serviços públicos essenciais, para além de um conjunto diversificado de outras funções de caráter instrumental, nos mais diversos setores e domínios, ou seja, constitui um importante instrumento de política económica e social (PINA, 2006).

Além do mais, a evolução deste setor impõe novas formas de acompanhamento e de intervenção baseadas na complementaridade entre mercado e regulação e em parcerias entre a iniciativa pública e privada. Para tanto, torna-se indispensável ter uma visão global das empresas, da sua evolução e das suas potencialidades, a fim de se poder garantir a melhor utilização dos recursos públicos e de contribuir da melhor forma para o desenvolvimento económico e para a coesão social. Trata-se, pois, segundo Martins (2002) de dar uma visão integrada sobre a atuação do Estado enquanto acionista, concedente de crédito, avalista e subsidiador - de modo a podermos ter uma perspectiva integrada dos diferentes modos de ação pública, para que exista um acompanhamento efetivo do setor empresarial do Estado.

No que toca particularmente a Cabo Verde, o Governo da I República (1975-1990), para inverter a difícil situação herdada do colonialismo, optou por um modelo de desenvolvimento que tinha como base programática a construção de uma economia nacional independente, o que se traduziu por uma forte intervenção do Estado na economia, nos domínios da poupança, investimento, implantação de unidades de produção mais importantes e complexas, controlo do comércio externo, da moeda e das atividades financeiras (SANTOS, 1995).

Importa, contudo sublinhar que a adoção deste modelo, a que não esteve ausente certa carga ideológica professada por certos decisores políticos da época, resultou não só do fato da inexistência de um empresariado nacional com a capacidade de assumir-se como força motora do progresso econômico mas também duma opção política de promover o Estado como a principal força motora do progresso econômico. Baseando nisso, podemos perceber que um dos fatores que mais marcou a intervenção do Estado na vida econômica nos período pós-independência foi à criação do setor empresarial do Estado.

Na verdade, este setor segundo Silva (1986), percorreu todo o tecido econômico e empresarial Cabo-verdiano, indo desde a prestação tradicional de serviços públicos (transportes, correios e telecomunicações, produção de energia e água) até a exploração de setores básicos da economia (materiais de construção, construção naval), alargando-se a atividades muito diferenciadas como as indústrias de alimentos e bebidas (Cervejas e refrigerantes, farinhas e massas alimentícias), pescas, turismo, comércio; hotelaria, transporte, comunicações, banca e seguros. É que sendo, de um modo geral, atividades de capitais e tecnologias intensivas, nenhum privado nacional dispunha à partida de recursos nem «Know-How» para se abalançar na sua criação. Por outro lado, Silva (1986), mesmo naquelas atividades de natureza essencialmente privadas mas cujas taxas de retorno não se mostravam de imediato suficientemente atrativas, o Estado viu-se obrigado a dar o seu primeiro "ponta-pé" de saída, como meio de incentivar os privados a se associarem com ele no lançamento de alguns empreendimentos – as empresas de capitais mistos.

É por essas razões, desde a década de 80 até hoje, tem havido um grande debate a nível mundial sobre que papel o Estado deverá assumir no mundo contemporâneo, que grau de intervenção deverá ter na economia e que medidas deverão ser adotadas para a redefinição do papel do Estado.

Em Cabo Verde não podemos fugir a este debate, precisamos consciencializar que é necessário reformar e redefinir o Estado Cabo-verdiano. É preciso termos em mente que não podemos ter um Estado que subsidia tudo, arca com todas as despesas e que seja o único motor de desenvolvimento. As condições financeiras do Estado não permitem exercer com totalidade e exclusividade todas as atividades e nem isso é desejável numa democracia que pressupõe espaço para o livre desenvolvimento do setor privado. Não é mais recomendado um Estado que concentra e centraliza funções. O

Estado deverá sim continuar a intervir na prestação de serviços básicos mas de forma desconcentrada, descentralizada e que permita, sobretudo, a participação da iniciativa privada na prestação de serviços básicos, através de parcerias ou de convénios, de forma a permitir uma maior flexibilidade na prestação dos serviços uma maior eficiência destes.

3.2.2 Composição do Setor Empresarial do Estado

Fruto das diversas transformações ocorridas e das estratégias de privatizações, o SEE tem hoje segundo o ministério da administração pública, uma estrutura diferente da existente algumas décadas atrás. As privatizações, em especial, ocorridas desde 1991, foram determinantes de acordo com GARSSE (2000)⁵ para a atual composição do SEE mas também contribuíram para o cumprimento de importantes objetivos como: (i) a redução do peso do estado na economia, (ii) o reforço da capacidade empresarial nacional, e (iii) o desenvolvimento de um mercado de capitais.

Este setor segundo GARSSE (2000), é constituído pelas seguintes unidades empresariais:

- a) Empresas Públicas : as unidades empresariais cujo capital é a 100% propriedade do Estado de Cabo Verde ;
- b) Empresas e Organismos de Capitais Públicos – unidades em que o respectivo capital seja, ainda a 100%, propriedade do Estado de Cabo Verde;
- c) Empresas Mistas: as sociedades em que o Estado detém, pelo menos 50% do capital estatutário.

Convém sublinhar que este subsector era constituído por três tipos diferentes de empresas, dependendo da titularidade do capital:

- Empresas - Tipo I - em que as participações, em termos de capitais públicos, são somente do Estado ou de órgãos de Administração Local;
- Empresas - Tipo II - em que as participações, em termos de capitais públicos, são simultaneamente do Estado e de empresas públicas;

⁵ GARSEE- Gabinete de Apoio a Reestruturação do Sector Empresarial do Estado

- Empresas - Tipo III - em que as participações, em termos de capitais públicos, são sómente de empresas públicas.

Quanto ao universo das unidades que integram o setor empresarial do Estado Caboverdiano, ainda de acordo GARSSE, foram inventariadas 20 Empresas Públicas; 10 Empresas e Organismos de Capitais Públicos e 26 Empresas Mistas. Nestas, 8 pertenciam ao Tipo I; 5 ao Tipo II e 13 ao Tipo III.

No que concerne à distribuição setorial, dados de um inquérito realizado sobre o SEE, mostra que, das 13 empresas mistas, 12 pertenciam ao setor industrial e só 1 pertencia ao ramo de Hotelaria; 41% das empresas públicas eram do setor industrial, 32% do setor dos transportes e 5% do setor do comércio; do conjunto do setor empresarial do Estado, 46% enquadram no setor industrial. CABO VERDE (2005)

De realçar que existia uma única empresa em cada um dos seguintes ramos de atividade: Energia e Água (Electra), Hotelaria (Hotelmar) e Comunicações (Correios e Telecomunicações).

Quanto à distribuição do capital social, verifica-se que, no conjunto do SEE, 83% tinham capital social maioritariamente estatal; que 54% das empresas mistas tinham capital maioritariamente estatal, 31% maioritariamente privado e 15% repartiam-se igualmente entre as categorias de capital.

3.2.3 A Reestruturação do Setor Empresarial do Estado

A realização de grandes investimentos no SEE foi um dos fatores que mais marcaram a intervenção do Estado na vida econômica no período pós-independência, fazendo deste setor um instrumento privilegiado para o desenvolvimento da economia nacional, através do lançamento das bases infraestruturais para a tão desejada construção de uma economia nacional independente.

Segundo Peixoto (2003), na maioria dos países a necessidade de reforma do Estado é decorrente da crise do Estado. Esta crise manifesta-se principalmente a três níveis. A nível fiscal ou seja, a perda da capacidade do Estado em gerar crédito refletindo-se em níveis de poupança pública negativa; a segunda causa da crise deve-se

ao esgotamento da estratégia de intervenção do Estado e finalmente o terceiro fator de crise está ligado à falência do modelo burocrático da administração do Estado.

Hoje, a reforma do Estado é vista como uma nova iniciativa estratégica para o desenvolvimento, muito menos alicerçada no Estado e muito mais dependente das forças do livre mercado. Considerando esse vade mecum, o Governo da República de Cabo Verde elaborou uma estratégia nacional de desenvolvimento. Essa estratégia baseia-se em três elementos permanentes e estruturadores do desenvolvimento pretendido pela sociedade: (i) a inserção na economia internacional; (ii) o setor privado como motor do desenvolvimento; (iii) o desenvolvimento e afirmação da cultura nacional (CABO VERDE, 2001).

Essas diretrizes, por si mesmas, sinalizam o comprometimento político da nação com os pilares das reformas destinadas a redimensionar o papel do Estado em Cabo Verde.

É pois neste contexto que surge o programa da reestruturação do SEE da República de Cabo Verde, que obedece ao princípio da devolução das responsabilidades empresariais ao setor privado, no entendimento de que o papel do Estado deve ser, cada vez mais, o de regulador da economia, e cada vez menos, o de participar diretamente na gestão de unidades produtivas de bens e/ou serviços que podem preferentemente ser oferecidos por privados.

Estes objetivos serão alcançados através da privatização da maior parte das empresas, liquidação das não viáveis e melhoramento de desempenho e eficiência naquelas que, por razões estratégicas, não possam ser privatizadas e a criação de um contexto legal e regulamentar que permita o desenvolvimento do setor privado.

As considerações acima expendidas sobre o estado da degradação do SEE mostra que a implementação dessa reforma global do sistema económico Caboverdiano se impunha segundo a UPR (1998) pelas seguintes razões:

- I) A excessiva intervenção do Estado na esfera produtiva produziu resultados globais negativos, como aliás, aconteceu em todos os países onde a presença do Estado foi erigida em princípio de política económica;
- II) A maior parte das empresas públicas e algumas mistas, só sobreviviam à custa de subsídios diretos, e sobretudo indiretos, por parte do Estado, empresas que não pagavam o Estado alguns milhões de contos do seu serviço da dívida interna e externa;

III) Estas empresas retinham impostos e descontos dos trabalhadores para a previdência, sobrevivendo-se, de um modo geral, à custa das dívidas não pagas ao Estado e ao BCV;

IV) A natureza das relações entre o Estado e as empresas públicas não favorecia a plena assumpção de responsabilidade por parte dos gestores e dos trabalhadores, prevalecendo a mentalidade de que são funcionários públicos.

Dado que uma das principais componentes da reforma em curso é a promoção do setor privado, com vista à sua transformação no motor de desenvolvimento do país, envolveu-se o Governo num programa de privatização das empresas do Estado e de reforma e desenvolvimento da capacitação do setor público.

Todavia, para levar a bom termo essa ampla reforma, foram criadas várias instituições para o desenvolvimento e apoio às iniciativas do setor privado, designadamente:

- O Centro de Promoção dos Investimentos e Exportações (PROMEX), concebido como "guichet único" para atrair os investimentos externos e a promoção das exportações;
- O Instituto de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial (IADE);
- e o Fundo do Desenvolvimento Industrial (FDI), para a promoção de iniciativas de pequenos e médios empresários.

Por outro lado, reconhecendo-se que a inexistência no país de um mercado financeiro de intermediação de fundos e poupanças se apresentava como condicionante ao processo das privatizações, foi criada em Cabo Verde uma Bolsa de Valores, cujo arranque aconteceu para em de 1997, surgindo como corolário do processo de democratização da economia (UPR, 1998).

Resumindo, a reforma do Estado Cabo-verdiano, orienta-se segundo os princípios da boa governação. Ela visa consolidar as finanças públicas através do estímulo de uma gestão criteriosa dos recursos públicos, para que possa haver uma maior responsabilidade na gestão do património público. Para tal vai-se trabalhar no sentido de dotar a administração pública de instrumentos necessários para o prosseguimento deste objetivo.

Portanto, onde houver vontade política e determinação governamental para a implementação de reformas, a assistência técnica para o desenvolvimento resultará em crescimento, sustenta o Banco Mundial. Cabo Verde apresenta ambas condições para a continuação de um processo de reforma do Estado; para não mencionar claro e forte comprometimento das autoridades governamentais e altos dirigentes do setor público com a modernização do Estado.

De maneira geral, democracia e economia de mercado são bem aceitas em Cabo Verde. Por sua vez, as condições políticas do país são favoráveis à institucionalização e ao aprofundamento desses modelos políticos e econômicos; sendo que uma importante meta no processo de reformas estruturais deve ser a busca de mecanismos políticos e institucionais que contenham a excessiva intervenção do governo na economia.

Assim, a reforma do setor empresarial do Estado impunha-se como política econômica necessária à modernização e ao aumento da competitividade e da eficiência da economia Cabo-verdiana. As privatizações constituíram, assim, uma das vias mais importantes e eficazes da condução dessa reforma.

CAPITULO IV – PRIVATIZAÇÕES EM CABO VERDE

4. Visão conceitual da privatização

Nascido a partir das discussões sobre a revisão do papel do Estado, o processo de privatização tem como marco histórico a década de oitenta. A partir de então, várias nações começaram a reconhecer os benefícios do mercado e a tomar medidas visando reduzir a interferência do poder público na vida das pessoas.

Não obstante, ainda hoje prospera o debate entre os adeptos do intervencionismo estatal e os defensores do liberalismo - ou do neoliberalismo - econômico, cada lado apresentando suas razões.

De qualquer forma, vêm prevalecendo os argumentos favoráveis à diminuição da importância relativa da produção pública na economia, sendo que a experiência de cada país resulta do seu processo histórico, cultural e político, bem como da conjuntura econômica - nacional e internacional - e do modo como cada economia em particular é afetada pelas ações do Estado.

Na realidade, as privatizações em todo o mundo já deixaram de ser expressão de uma ideologia, situando-se atualmente muito mais no plano do pragmatismo, frente aos resultados conseguidos com esse instrumento de ação governamental, que nem de longe deve se confundir com o menosprezo ao patrimônio público.

Portanto, o Estado, deve concentrar-se na prestação de serviços fundamentais, retirando-se de áreas por ele até então ocupadas, para melhor desempenhar os poderes-deveres que marcam sua destinação política.

Em Cabo Verde, existe o reconhecimento de que a política de privatização, expressa pelo Plano Nacional de Desenvolvimento - PND, não é apenas um processo administrativo de alienação de ações de que é titular o poder público. Corresponde, na verdade segundo Brito (2002), a uma tônica de modernidade que, concentrando a presença do Estado em atividades essenciais de interesse geral, restitui à iniciativa privada o comando da economia em áreas nas quais, ausente o pressuposto da intervenção estatal, devem prevalecer os princípios constitucionais do exercício da livre iniciativa e da concorrência.

É bom deixar claro que a opção por uma política de privatização não prejudica o papel regulador do Estado. Sua função normativa é vista como indispensável mesmo em países considerados avançados no campo da desestatização.

Assim, a realidade Cabo-verdiana parece indicar que a nossa sociedade caminha para o pleno reconhecimento de que, o Estado não pode mais continuar funcionando como fonte permanente dos investimentos de que necessita o conjunto da economia para a retomada do desenvolvimento nacional.

No aspecto conceitual, embora haja controvérsia entre os estudiosos da matéria, predomina a definição de que a privatização corresponde ao processo de transferência à iniciativa privada de empresas controladas direta ou indiretamente pelo poder público, abrangendo também a abertura do capital social, alienação de participações acionárias, desativação e extinção. No sentido mais amplo, o conceito pode abranger ainda as concessões, permissões e autorizações de serviços públicos.

“Neste contexto, desintervir, descentralizar, privatizar é uma forma de reforçar a proximidade da decisão do utente e facilitam a governabilidade das organizações que, muito grandes e pesadas, acabam por esmagar os indivíduos numa complicada teia de exigências burocráticas tolhedoras de iniciativas dos agentes económicos privados. Daí que o tema da privatização das economias suscite sempre nos autores que dele se têm ocupado posições que se diriam polémicas, por vezes apaixonadas” PIRIE (1988)⁶.

Diferente das definições citadas acima, Brito (2002) abarca um conceito no sentido literal muito restrito e diferente dos autores anteriores. Para este, privatizar significa, transferir um determinado negócio ou atividade do setor público para o setor privado e outro de perspectiva mais lata em que privatizar significa apenas um componente de estímulo ao desenvolvimento económico, concorrendo para a promoção do funcionamento dos mecanismos de mercado e do aprofundamento do setor privado por todos os meios possíveis. Com este último conceito, as privatizações podem encerrar diferentes significados e ordens de situações, pois o espectro de formas torna-se extremamente vasto e com uma tendência inesgotável, abrangendo tudo o que vai

⁶ Dr. Madsen Pirie, presidente do Adam Smith institute e membro do primeiro gabinete do Governo Thatcher.

desde a venda da totalidade ou da maioria do capital de empresas públicas a investidores privados á contratação de entidades privadas á serviços públicos.

Em conclusão, Brito (2000) afirma que as privatizações hoje alcançam um nível máximo de inovação tal que saem da simples clássica venda de empresas publicas para contemplar operações de *alienação de utilities* publicas, desregulamentação e abertura ao setor privado de vários setores sob reserva de monopólio estatal ou ainda de contratos de adjudicação.

Portanto, trata-se de um tema que não deixa indiferente a quem sobre ele se debruça, o que comprova inequivocamente a importância de que revestem nos nossos dias os debates em torno dessa problemática da desintervenção do Estado na economia, sendo certo que os programas de privatizações são, hoje em dia, geralmente aceites pela vasta maioria dos países do mundo, tanto no Ocidente como na América Latina, na Europa do Leste e em África. Assim,

“A decisão de privatizar surge, assim na maioria dos países, como resposta á existência de um desajuste nas contas públicas.[...] Como consequência, esse processo deve ser visto em um contexto mais amplo de reformulação do papel do Estado na economia onde o Estado produtor cede cada vez mais espaço para o Estado regualdor” REZENDE (2002 p. 309).

Na prática a questão central que se põe ao poder político, é a de alcançar com as privatizações os seguintes objetivos: aumento da eficiência económica; reestruturação setorial e empresarial; reforço da capacidade empresarial nacional; desenvolvimento do mercado de capitais; preservação dos interesses patrimoniais do Estado; redução do peso da dívida pública e, finalmente, a redução do peso do Estado na economia.

4.1 Condições econômicas em Cabo Verde anteriores a privatização

As medidas econômicas e políticas vigentes no período pós independência (de 1975 a finais dos anos 80) eram marcadas por uma economia centrípeta orientada pelo Estado, que era alimentada por subsídios e transferências, e governada por uma administração pública baseada no planeamento central. Os ideais de desenvolver um Estado jovem que era geograficamente isolado, com poucos recursos naturais, historicamente vulnerável a choques externos, incluindo naturais (fome e seca), políticas, sociais (emigração massiva e fuga de quadros), e económicas (dependente de importações) segundo Santos (1995), aceleraram as políticas que defendiam a auto-suficiência e proteccionismo.

“Durante esse período, o país conquistou uma afirmação da sua viabilidade devido, em grande parte, á robustez das suas instituições e função públicas, á maturação progressiva da sua estrutura social e política, e a criação de bases económicas para o desenvolvimento do empresariado e emprego numa serie de empresas nacionais” CABO VERDE (2005).

De acordo com o Relatório das Privatizações, nesse período, cerca de 40 empresas industriais foram criadas, incluindo cerca de 30 empresas que dispunham de capital social totalmente público. Essas, prosperaram num vácuo protegido e sem quaisquer incentivos nem à concorrência e nem à economia do mercado, desencorajando o investimento privado e estrangeiro.

A proliferação dessas empresas de acordo com Moraes (1995), eram alimentadas por: a) uma política industrial que promovia a substituição de importação e auto-dependência, b) sustentada pela absorção pública e fiscal dos efeitos da sua fraca produtividade, elevados prejuízos, endividamento crescente, fraca gestão, e por uma capacidade generalizada para conter o desinvestimento e por ultimo, c) decisiva para escalar crises nas finanças públicas, nos bancos, na balança de

pagamentos nacional, e na estabilidade macroeconómica no seu todo, tendo essa situação sido acentuada com o declínio na ajuda internacional em reação ao ambiente de investimento debilitado de Cabo Verde.

O auge dos acontecimentos acima, obrigou os decisores políticos a reconsiderar os paradigmas económicos que estavam cada vez mais obsoletos a nível mundial, fato testemunhado pelas economias falhadas e queda de estados que tinham seguido modelos idênticos em finais de 1980 e início dos anos 90.

A mudança da política em favor das privatizações começou após as primeiras tentativas de implementação de reformas em finais dos anos 80 e o fracasso na consecução de resultados resultantes da mudança ambiciosa para uma economia virada para as exportações. Sem o respetivo engajamento para o desenvolvimento do setor privado e o gradual afastamento do estado da economia, a consequente e grave crise macroeconómica e fiscal serviu para cristalizar ainda mais as diferenças políticas que floresciam numa sociedade cada vez mais liberalizada e democratizada (CABO VERDE, 2005).

A mudança de política foi rápida e reflectia a tendência mundial desse mesmo período.

Para Brito (2000), o Estado reconhecendo a caducidade dos antigos modelos económicos, numa época em que estavam a ser desmantelados em todo o mundo, o governo embargou numa política de afastamento do estado, enquanto agente económico direto na economia, reservando esse papel ao setor privado e concentrando-se na promoção de um ambiente eficaz e propício.

“A rapidez e a magnitude da mudança em curso foram imediatamente apoiados pelos doadores internacionais e instituições financeiras, que disponibilizaram grandes quantidades de ajuda, até a sua interrupção prematura em finais dos anos 90, isto é, antes de as privatizações serem concluídas, e causou mais uma crise que desencadeou algumas das ações mais críticas do governo, afetando o impacto da privatização” CABO VERDE (2005)

Com pouca experiência a nível mundial disponível nessa época e a maior parte das abordagens ainda por testar, mas enfrentando a pressão para reformar a

economia, tais opções políticas adotadas pelo governo favoreceram um ritmo rápido de privatizações concentrando-se nos setores produtivos, seguidos das infra-estruturas e serviços financeiros.

A tônica foi posta segundo o Relatório das Privatizações (2005), na criação de um ambiente atrativo aos investidores externos, que eram tentados por incentivos de investimento generosos e acesso prioritário a empresas específicas de elevado valor comercial e da importância estratégica para o desenvolvimento das infra-estruturas. As empresas inviáveis deveriam ser liquidadas ou fragmentadas em unidades, visando a promoção de um mercado mais atrativo, através da venda de capital social ou ativos.

A liberalização de preços e do comércio foi rapidamente instituída e redefinida para estimular um ambiente atrativo para os novos incentivos e implicações sociais da propriedade privada, investimento e concorrência, alimentada por uma disciplina de economia de mercado.

4.2 Preparação e Condução do Processo de Privatizações

Ainda que cada caso de privatização possa requerer um enfoque diferenciado, em função das distintas características das empresas e dos métodos ou formas a serem utilizados, é essencial que existam diretrizes, regras, procedimentos e processos decisórios padronizados, para serem adaptados em todos os casos. Somente assim, podendo ser examinadas por todos, as transações poderão ser transparentes, com credibilidade e aceitação por parte da sociedade.

Esta seção, contemplará um resumo do programa de privatizações, bem como as fases que estas tiveram, que abrange a condução e a preparação do processo de privatização.

4.2.1. Resumo do Programa das Privatizações em Cabo Verde

A maioria dos países africanos, que em finais de 1980 iniciou seu processo de transição política, se comprometeu, segundo Riley (1992), a fazer também reformas econômicas no sentido de transformar a economia num setor mais dinâmico. Para Joseph (1998), muitas dessas reformas foram empreendidas por causa da pressão dos doadores internacionais, uma vez que, no final dos anos 80, a maioria dos Estados africanos estava mergulhada numa profunda crise fiscal, e os anos de ajuda externa não produziram resultados positivos na economia. O modelo baseado no livre mercado foi adotado sem, contudo, existirem condições estruturais para o funcionamento desse.

O processo de privatização em Cabo Verde começa a tomar corpo a partir de 1991. Foi um programa diretamente financiado e fiscalizado pelo Banco Mundial (Cabo Verde, 1997), e dividido em duas fases: na primeira, ficou estabelecido que se faria, em alguns setores, a privatização total dos ativos do Estado e, na segunda, o governo faria uma reestruturação dos setores que continuariam a ter uma administração pública (Évora, 1998:1). Nesse último setor, o objetivo era introduzir capital humano e tecnológico, a fim de permitir uma produtividade maior e mais eficiência nas empresas que continuariam sendo estatais.

Percebemos então que as privatizações em Cabo Verde surgiram, como reflexo de um movimento geral que, um pouco por toda a parte, deu origem a uma revisão profunda das concepções de política económica e financeira, pelo que esse processo reveste-se de características especiais e que se prendem em larga medida com a própria origem do Estado de Cabo Verde e do seu setor empresarial, este nascido na quase totalidade da transformação de serviços públicos fornecedores de bens ou serviços essenciais, não falando já dos objetivos ideológicos e políticos que presidiram à criação de muitas empresas públicas Cabo-verdianas.

Neste contexto, Brito (2002) afirma;

“Com este instrumento de política económica propõe-se corrigir os grandes défices e distorções da economia dominada pelo Estado, que

causaram enormes prejuízos à economia nacional, comprometendo gerações presentes e futuras que têm de suportar o fardo da enorme dívida pública, interna e externa, que serviu não só para financiar a criação das empresas públicas como também para cobrir os resultados negativos acumulados por essas empresas.”

A partir dessa constatação podemos perceber que em Cabo Verde o processo de privatização começou, após a abertura política de 1990, a subida ao poder de um novo partido político acarretou um processo de transição no plano econômico fazendo com que Cabo Verde rompesse com o sistema de economia estatizada, enveredando para o sistema econômico assente numa base privada. Instalou-se uma política neoliberal, com o Estado a afastar da esfera produtiva, transferindo-a para os privados (ÉVORA, 1998).

Alem disso, as orientações políticas e econômicas no período pós independência, de 1975 a finais de 1980, reclamavam uma economia centrípeta e orientada pelo Estado que era alimentada por subsídios e transferências e governada por uma administração pública inculcada no planeamento central.

Com isso, a preocupação do então partido político era com as conseqüências sociais que poderiam surgir com o programa de privatizações iniciado pelo governo.

O governo eleito democraticamente assumiu o objetivo de romper radicalmente com o modelo de desenvolvimento baseado na planificação e na centralização adotados pelo regime de partido único⁷ e introduziu uma política econômica baseada no livre mercado e na liberalização dos preços. (ÉVORA, 1998)

O objetivo deles era trocar os modelos de desenvolvimento baseados na centralização e em monopólios estatais para modelos baseados no livre mercado e com ênfase no setor privado.

Com as reformas mencionadas acima, esse novo governo pretendia sobretudo resolver as situações financeiras do Estado que se encontravam em completa estagnação e falência, aumentar as receitas por eles geradas, e criar condições para a adoção de uma economia mais dinâmica e mais eficiente.

Segundo Koenig (1988), o período que vai da metade dos anos 70 foi o auge do planejamento e das empresas estatais na maioria dos países em desenvolvimento. Eles

⁷ PAIGC, -Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde

foram fortemente incentivados pelas antigas potências coloniais, doadores de auxílio, e pelos consultores ocidentais. Do meu ponto de vista, Cabo verde não foge a esta regra uma vez que a maioria das privatizações acabam se deslocando para o poder de Portugal.

A privatização em Cabo Verde fazia-se necessária, segundo o novo governo, devido aos péssimos resultados das empresas públicas, advindos de uma administração centralizada que fora herdada do regime de partido único. Em seus relatórios (Cabo Verde, 1997), o novo governo demonstrou que o setor público estava completamente falido, e as empresas públicas só fizeram aumentar a dívida interna do Estado devido aos subsídios que eram destinados, no orçamento, para cobrir os déficits causados pela fraca rentabilidade e da sua fraca capacidade produtiva.

Com a privatização, o governo tinha por objetivo aumentar as receitas do Estado, aumentar o nível de entrada de divisas permitindo, assim, um equilíbrio na balança de pagamentos, diminuir o desequilíbrio fiscal no orçamento anual, garantir uma melhor eficiência e rentabilidade das empresas, reduzir o déficit público e estimular o desenvolvimento do setor privado.

4.2.2. Enquadramento Legal das Privatizações

Para levar a cabo o processo de privatização foi necessário criar condições legais e institucionais.

Em meados de 1992, o parlamento Cabo-verdiano aprovou a Lei Base das Privatizações, que estabeleceu a forma e as condições para a privatização das empresas públicas. O ponto primordial dessa lei era a transformação das então empresas públicas em sociedades anônimas para que, depois, fosse feita a venda das ações. Na mesma legislação ficou estabelecido que competia ao Ministério das Finanças e do Planeamento conduzir o processo mas, na prática, esse processo acabou sendo assumido pelo Ministério da Coordenação Económica, chefiado pelo braço direito do

então Primeiro-Ministro, que criou um gabinete específico, o GARSEE (Gabinete de Apoio à Reestruturação do Setor Empresarial do Estado), responsável pela coordenação de todo processo de privatização (MANUAL DE PRIVATIZAÇÃO, 1998)⁸.

Portanto, a matéria de privatizações encontra-se em Cabo Verde regulada pela Lei 47/IV/92, de 6/7/92, também conhecida como a Lei-Quadro das Privatizações. Esta lei define os aspectos institucionais e conceituais básicos a serem observados para o planeamento e a condução do processo de privatização em Cabo Verde, estando nela consignado os objetivos e os princípios a que deve obedecer as privatizações, designadamente a avaliação prévia das empresas, os métodos de privatização e destino das receitas obtidas, e se apontam as garantias dos trabalhadores das empresas e o seu direito à subscrição de determinada percentagem do capital a privatizar.

Como aspectos mais salientes da referida lei-quadro, segundo Manual de Privatização (1998), podem ser destacados os seguintes:

- a) - Como objetivos essenciais das privatizações são apontados o aumento da eficiência, produtividade e competitividade da economia em geral e das empresas, em particular, a redução do peso do Estado na economia e o desenvolvimento do setor privado, o fomento empresarial e o reforço da capacidade empresarial nacional e a participação dos cidadãos nacionais, designadamente dos trabalhadores, dos emigrantes e de pequenos accionistas na titularidade do capital das empresas.
- b) - As empresas públicas a privatizar serão transformadas em sociedades anónimas que passarão a reger-se pela legislação comercial e que o processo de privatização será sempre precedido de uma avaliação realizada por entidades credenciadas para o efeito, idóneas e independentes, seleccionadas pelo Ministério das Finanças.
- c) - As privatizações podem ser parcial ou total e realizar-se-ão alternativa ou cumulativamente, pelos seguintes processos: alienação de ações ou quotas representativas do capital social; aumento do capital social; cisão; liquidação e contratos de exploração e de leasing;
- d) - A alienação das ações realizar-se-á, em regra, através de concurso público, ou de subscrição pública, reservando-se parte das ações a alienar para aquisição por

⁸ Manual de Privatização (1998), nas próximas citações INDIRETAS deste manual, utilizarei abreviaturas- MDP (1998)

trabalhadores ao serviço da empresa a privatizar, qualquer que seja o processo de alienação.

e) - As receitas da privatização serão destinadas ao fomento empresarial, aos investimentos na área de formação profissional e à amortização da dívida pública.

f) - Será dada preferência aos nacionais que estejam dispostos a correr riscos que toda a atividade empresarial encerra;

g) - A participação de firmas estrangeiras no processo será limitada a casos de que resultem vantagens evidentes para o país, nomeadamente em termos de tecnologia, gestão e recursos humanos;

h) - As ações e quotas sociais que o Estado detém, direta ou indiretamente, em empresas de capitais mistos, serão vendidos ao setor privado.

Essa legislação, no meu entender, falhou em dois aspectos: primeiramente porque não definiu a questão do órgão regulador, o que é grave, pois, como afirma Pinto Jr. e Fiani (2002), a ausência de um órgão regulador transparente e eficaz impossibilita a criação de um sistema de preços justos e dificulta a garantia de qualidade dos serviços ofertados aos usuários. Em segundo lugar, a privatização ficou com um caráter totalmente centralizado e baseado exclusivamente em aspetos políticos, dificultando, no meu entender, a transparência do processo.

Ainda nos termos da Lei-Quadro, compete ao Governo, através do Ministro das Finanças, orientar e conduzir o processo de privatização, designadamente, anunciar as empresas a privatizar; escolher as entidades que efectuarão a avaliação prévia das empresas e participações a privatizar; conduzir, podendo delegar, as negociações com os candidatos adquirentes no concurso limitado ou na venda direta.

Resumindo, para a implementação da política de privatização e de modernização do setor empresarial do Estado, foi pelo Decreto Lei nº 110/92, de 2/9/92, criado o Gabinete de Reestruturação do Setor empresarial do Estado (GARSEE) na dependência do Ministro da Coordenação Económica. Este Gabinete é responsável pela coordenação técnica do processo de reestruturação do SEE, competindo-lhe, nomeadamente: elaborar e propôr ao Ministro da Coordenação Económica o programa de privatizações e modernização das empresas públicas; Estudar medidas que visem um melhor desempenho, reforço da autonomia e responsabilidade de gestão das empresas públicas

não privatizáveis; propôr políticas operacionais de sequenciamento ótimo das empresas a privatizar e processos de privatização a utilizar; apoiar na elaboração de termos de referência para assistência técnica aos projetos de modernização das empresas públicas.

4.2.3. As fases do Processo de Privatização

Cada processo de privatização passa por duas fases distintas que se complementam, mas que exigem providências diferentes e sequenciais: a fase preparatória e a fase de implementação.

4.2.4. Primeira Fase – Período 1991- 2000

4.2.4.1. Aspectos Gerais

Segundo o Manual de Privatização (1998), a primeira fase é a preparatória, voltada para a identificação, avaliação, decisão e preparação da empresa a ser privatizada. Nesta fase também se definem e aprovam as condições básicas de cada processo de privatização, conforme a Lei Quatro da Privatização.

Conforme vimos na seção acima, segundo Évora (1998), nesta primeira fase, ficou estabelecido que se faria, em alguns setores, a privatização total dos ativos do Estado.

Em meados de 1992, o parlamento cabo-verdiano aprovou a Lei Base das Privatizações, que estabeleceu a forma e as condições para a privatização das empresas públicas., o primeiro programa de desestatização do país. Entre outras medidas, essa norma restringiu a criação de empresas estatais e fixou diretrizes para a transferência de entidades públicas ao setor privado. À época, as definições dos modelos de privatização ficaram a cargo de uma comissão especial (UPR), que, para esse fim, levava em conta as características da empresa que seria alienada.

No início do processo de privatização em 1994 existiam em Cabo Verde cerca de 47 empresas com participação do Estado. Dessas, 23 eram empresas com capital

100% estatal, 14 eram empresas mistas – metade das ações estava em mãos de privados e a outra com o Estado – e 10 empresas estavam em processo de liquidação por estarem em situação de falência total por não apresentarem nenhuma possibilidade de retorno financeiro caso fossem reestruturadas. Logo, a quase totalidade das empresas foram privatizadas, outras foram extintas e liquidadas. Estas medidas trouxeram consequências nefastas para os trabalhadores e para o próprio país. Mais de 2 mil trabalhadores perderam o seu emprego sem qualquer alternativa (CABO VERDE, 2005).

Segundo Evora (1998 apud PRZEWORSKI, 1994:187), os programas de reforma estrutural provocam custos sociais altos, podem colocar em risco as instituições políticas e, a curto prazo, não garantem justiça social. Ao contrário, tendem a aumentar a disparidade entre ricos e pobres, bem como os problemas sociais que, por sua vez, acabam por criar tensões na política e fragilizar as instituições. Por isso, em Cabo Verde, não só os aspectos sociais e políticos foram afetados mas, também, a própria economia ainda não consegue dar sinais de dinamismo.

“As privatizações começaram lentamente, concentrando-se na resolução de casos mais urgentes nos setores com desempenho mais fraco, incluindo aqueles mais afetados pela liberalização do comércio” CABO VERDE (2005).

Segundo GARSEE, um conjunto de empresas de pequena escala no domínio da exploração agrícola, pescas e comércio foram fragmentadas em unidades que poderiam ser mais facilmente descontinuadas, através da liquidação ou transferência de propriedade, focalizando os critérios de decisão mais sobre a conveniência, o pragmatismo e com base em casos específicos, favorecendo as considerações sociais, em detrimento das fiscais, mas com o objetivo de eliminar os subsídios públicos e desvincular-se da responsabilidade direta sobre as empresas.

Com isso, foi dada a atenção à remoção de algum rigor nos mercados de trabalho e financeiro, que perturbavam a reestruturação de empresas maiores, permitindo que a transformação da economia seguisse naturalmente através do desenvolvimento de pequenos negócios e de forças do mercado.

Tabela 01: Relação das Empresas no início do processo

EMPRESAS		
100% Estatal	Capital Misto	Processo em de Liquidação
23	14	10

Fonte: CABO VERDE (2005)
Elaborado pelo autor

O Governo começou a privatizar primeiro as empresas mistas, que tinham uma dinâmica diferente por causa da participação do capital privado, e em seguida passou à privatização das empresas que eram monopólios estatais puros. Nessas últimas, que incluíam setores como telecomunicações, transportes, distribuidoras de petróleo e gás, etc, o Governo estabeleceu que, antes da privatização, era preciso reestruturá-las, tornando-as empresas mais atrativas para os investidores externos.

Assim, as maiores dificuldades encontradas pelo governo no processo de privatização foram relativas às empresas com capital 100% público. Esse processo provou ser mais complexo e lento, e o governo não conseguiu cumprir o calendário por ele estabelecido para a venda das estatais (CABO VERDE, 2005).

O objetivo segundo DECRP (2004), era até o ano 2000, o programa de privatizações contemplaria setores como o Transporte Aéreo e Marítimo, a Gestão Portuária, os Estaleiros Navais, a Rede de Frio e Farmacêutico, devendo as empresas portuguesas interessadas nesta nova fase de privatizações estar atentas à calendarização e condições, ou seja, o objetivo seria, conseguir privatizar todas as empresas que eram monopólio estatal. Mas, isto não foi possível visto que até hoje existem empresas que ainda não foram privatizadas.

Estas empresas que não foram privatizadas, encontram-se no plano das privatizações nomeadamente: a ASA (Empresa de Segurança Aérea), a ENAPOR (Empresa de Administração dos Portos) e os TACV (Transportes Aéreos de Cabo Verde), CABNAVE (os estaleiros), EMPROFAC (distribuidor de medicamentos). Essas empresas ainda estão na posse do Estado porque, são empresas monopolistas de prestação de serviços estratégicos que são de importância excepcional para o desenvolvimento de Cabo Verde, com o único papel de servir o interesse nacional,

apoiando a capacidade do governo de desempenho dos seus deveres fiduciários na preservação e reforço da segurança, na união social da sociedade Cabo-verdiana.

Alem dessas, as dificuldades quanto as privatizações destas empresas está ligada ao fato de serem setores que exigem um capital de investimento tecnológico e humano muito alto e também, por serem setores que correm os maiores riscos de um retorno de investimento.

Outro problema está ligado ao excedente de mão-de-obra que existe em muitas delas, o que acaba por ser um entrave ao próprio investimento externo. E neste momento o Estado tem dificuldades em conseguir impor a sua política em relação as estes setores.

4.2.5. Segunda Fase – Período 2000- 2007

4.2.5.1. Aspectos Gerais

A fase de implementação, que se inicia com aprovação pelo conselho de Ministros do Decreto- Lei de privatização, contempla basicamente a publicitação pública do processo de privatização, a negociação, a seleção dos ofertantes, a materialização dos contratos e as transações financeiras, com as respectivas prestações de contas sobre o processo (MANUAL DE PRIVATIZAÇÕES, 1998).

Nesta segunda fase como foi visto anteriormente, segundo Evora (1998), o governo faria uma reestruturação dos setores que continuariam a ter uma administração pública. Nesse último setor, o objetivo era introduzir capital humano e tecnológico, a fim de permitir uma produtividade maior e mais eficiência nas empresas que continuariam sendo estatais.

De salientar que nesta segunda fase de acordo com Cabo Verde (2005), o Governo esperou obter das privatizações os seguintes benefícios:

- a) - Aumento das receitas do Estado resultante do desinvestimento e redução do déficit orçamental pela eliminação, a partir da privatização da empresa, dos subsídios orçamentais concedidos para sobrevivência de empresas inviáveis;
- b) - Redução do déficit do setor público geral, pela dedução, nas contas públicas do passivo da empresa privatizada;
- c) - Aumento geral da eficiência econômica do país, com possibilidades de maior produtividade no uso dos fatores internos – mão-de- obra, capital e recursos naturais;
- d) - Possibilidades de geração líquida de divisas decorrentes, por um lado, de potenciais exportadores dos produtos gerados por algumas empresas privatizadas e, por outro, redução de importações de produtos concorrentes;
- e) - Outros benefícios indiretos, derivados da reestruturação e modernização da economia, com ampliação das oportunidades de investimentos para a maioria dos cidadãos empreendedores, e da mobilidade social, num quadro de maior liberdade, democracia, independência e desenvolvimento.

Nesta segunda fase, a seleção das empresas a privatizar, foram consideradas prioritárias as empresas que apresentavam resultados negativos, mas que eram potencialmente rentáveis ou apresentassem um interesse especial para determinadas categorias de investidores privados (CABO VERDE, 2005).

Assim, foi privilegiada a alienação imediata das empresas deficitárias sem a realização de operações prévias de reestruturação econômico-financeira, o que, se, por um lado, pode em certas circunstâncias dar origem a eventuais sub-avaliações interesses financeiros públicos, por outro, tem contudo a vantagem de estancar imediatamente os fluxos financeiros públicos canalizados para essas empresas públicas.

Para Nunes (1996 apud SHAPIRO E WILLIG, 1990), a ineficiência das empresas estatais pode decorrer não da propriedade em si, mas do fato de os seus dirigentes, muitas vezes escolhidos por razões políticas, não necessariamente perseguirem os objetivos da empresa, mas sim, objetivos próprios ou daqueles que os indicaram para o cargo.

Do ponto de vista das finanças do governo, a privatização seria justificada não só pela redução do déficit público pela via da redução da despesa governamental mas também porque o aumento de eficiência tende a induzir aumento da arrecadação.

4.3. Resultado Financeiro do Programa das Privatizações

Embora se reconheça ser ainda muito cedo para se fazer uma avaliação das privatizações, por o processo ter-se apenas iniciado em 1992, apresentamos a seguir um balanço, baseado no Relatório das Privatizações, Cabo Verde (2005), em termos das operações de Privatização.

Do universo das empresas já privatizadas ou liquidadas, podem ser destacadas três grupos:

GRUPO I - Este grupo abarca um conjunto de empresas já liquidadas ou em liquidação, que operavam na área de construção civil, captura de pescado e confecções (MAC, PESCAVE, MORABEZA, etc), que acumularam dívidas de elevado montante, junto do Estado, Banco Central e Fornecedores diversos, no montante de 366.800 contos, entretanto assumidas pelo Estado, contra os 70.300 contos obtidas e/ou a obter das liquidações.

Essas empresas empregavam no seu conjunto 116 trabalhadores, para os quais o Estado canalizou a título de indemnizações 97.600 contos. Se, às dívidas assumidas pelo Estado adicionadas das indemnizações pagas aos trabalhadores (464.400 contos), deduzirmos os 70.300 contos das receitas das liquidações, chega-se a um resultado negativo desta operação de liquidação (394.100 contos).

A conclusão a que logo à partida salta à vista é que este conjunto de empresas estavam já falidas, representando por conseguinte um pesado fardo para o Estado que, em boa hora, se desembaraçou delas, por constituírem uma autêntica delapidação de recursos financeiros num país onde é crónica a escassez de capitais para as aplicações produtivas.

GRUPO II - É neste grupo que residem as maiores expectativas quanto aos resultados esperados das privatizações, por ser o mais importante conjunto de empresas operando nos setores de Telecomunicações (Cabo Verde Telecom); da Hotelaria (Hotelmar, Hotel Belorizonte e Hotel Atlântico); da produção de Alimentos, produtos avícolas e Bebidas (Ceris, Enavi e Moave); de produção de medicamentos (Emprofac), delas se destacando a "Cabo Verde Telecom" não só pelo substancial valor esperado com a operação de privatização mas também por se situar num sector estratégico da economia caboverdiana.

Este Grupo absorveu praticamente todos os seus trabalhadores, havendo apenas a registar a indemnização de 76 elementos das empresas Enavi (72) e Emprofac (4), no montante de 57.700 contos.

De realçar que das receitas esperadas das privatizações (2.940.814 contos), 80,54% cabem à Cabo Verde Telecom (2.368.666), 9,86% ao conjunto de hotéis Praiamar, Belo Horizonte e Atlântico (290.000); 9,0% às empresas produtoras de alimentos e bebidas "Moave, Ceris" (263.950) e, finalmente, a única produtora de medicamentos - a Emprofac - com um pouco menos de 1%. Se àquelas receitas totais deduzirmos os encargos globais decorrentes do processo de privatização (indemnizações, dívidas assumidas pelo Estado e outros custos associados ao referido processo), no montante de 435.286 contos, chega-se a um valor líquido de 2.505.528 contos, valor não negligenciável num país pequeno como é o nosso.

GRUPO III - Este conjunto inclui empresas total ou parcialmente privatizadas e que operavam na agricultura e pescas, agências de viagens e turismo, transportes de longo curso, infraestruturas de armazenagem, metalomecânica e reparação de navios de cabotagem. Salvo honrosas exceções (Cabetur/Sita), as restantes empresas trabalhavam com pessoal excedentário, com fraca produtividade e com equipamentos obsoletos, cujas receitas de exploração mal iam dando para o pagamento dos salários. As empresas mistas Sita e Cabetur tiveram bom desempenho desde a sua criação, pelo foi recomendo que a primeira fosse escolhida para se dar o ponta-pé de saída no processo de privatização.

Tabela 03: Resultados financeiros da privatização

Grupos	Receitas das Privatizações	Encargos	Resultado Líquido
I	70.300	464.400	-394.100
II	2.940.814	435.236	2.505.528
III	363.366	312.088	51.279
TOTAL	3.374.480	1.211.774	2.162.706

Fonte: CABO VERDE (2005)

Elaborado pelo autor da monografia

Por outro lado, o Estado assumiu dívidas no montante de 161.300 contos e outros custos associados ao processo de liquidação no valor de 19.888 contos.

Se, ao valor das privatizações deste conjunto de empresas (363.366 contos), subtraírmos os encargos globais decorrentes deste processo (indenizações, dívidas assumidas e outros custos) – no montante de 312 088 contos, chega-se ao valor líquido positivo de 51.278 contos, valor este que, embora não seja elevado, mostra a vantagem de o Estado, sem perder dinheiro, se ter libertado do peso morto que representava a maior parte das empresas deste grupo.

Convém sublinhar que algumas dessas empresas (Enavi e Fap) foram transformadas em sociedades anónimas (Agripec e Sociave), enquanto a privatização da ANV foi por negociação direta com os empregados de cada agência a privatizar.

Como se poderá constatar no quadro não se verificaram nesta empresa receitas de privatização, porquanto a transacção foi efetuada através da troca do ativo da agência contra o direito de indemnização a que os empregados das mesmas teriam direito.

Assim se fez e os resultados não se fizeram esperar; em três dias úteis as ações mudaram de mãos do Estado para os privados, o que constituiu um assinalável êxito numa área desconhecida no meio económico Cabo-verdiano.

4.4. Avaliação e Resultado do Programa das Privatizações

Analisando o cronograma abaixo podemos ver que, entre 1992 a 2004, um total de 50 empresas estatais foram afastadas do controlo do governo e transferidas para as mãos de investidores externos.

Assim, um total de 35 empresas segundo dados de CaboVerde (2005), foram privatizadas, das quais:

- 9 empresas foram privatizadas para investidores externos dominantes e acionistas nacionais minoritários;
- 23 empresas foram vendidas a investidores nacionais;
- 3 empresas vendidas por contrato de desempenho;
- 13 foram liquidadas, e o seu mercado resgatada rapidamente por várias dúzias de pequenas empresas privadas;

- 4 foram liquidadas após uma fragmentação prévia, resultando em 16 novas empresas privatizadas;
- e 5 empresas como vimos anteriormente, permanecem ainda na posse do governo mas, estão em processo de privatização

Tabela 02: Cronograma de Privatizações das Empresas

EMPRESA	1992-1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004-5	Total
Privatizada	8	1	1	5	3	5	8				4	35
Liquidada	5				1	1			1	1	2	11
Frag./Liq.	1	2									1	4
Total	14	3	1	5	4	6	8		1	1	7	50

Fonte: CABO VERDE (2005), Relatório das privatizações
Elaborado pelo autor da monografia

As primeiras privatizações de grande impacto de acordo com o relatório do DECRP (2004), ocorreram em 1995 com a venda de 40% do capital social da empresa nacional monopolista dos serviços de telecomunicações, a CVTelecom, que tinha sido recentemente separada da empresa do serviço dos postais, o Correios de Cabo Verde.

A privatização deste, foi para a empresa portuguesa- Portugal Telecom, a sua venda incluía direitos concessionais exclusivos para um período de 25 anos e obrigava o investidor a realizar uma modernização rápida e a expansão das redes de telecomunicações para tornar o acesso universal possível em todo o arquipélago.

Em 1997, ocorreu também uma privatização estratégica, 65% da empresa de importação e distribuição de combustíveis – ENACOL- foi vendida a investidores associados de Portugal e Angola.

Em 1999, 51% da empresa monopolista de produção e distribuição de energia elétrica, abastecimento de água e saneamento – ETECTRA-foi vendida consórcio de duas empresas Portuguesas a – EDP-energia elétrica e a ADP- água.

De 1999 para 2000, foi vendida a parte maioritária de controlo de cinco instituições do setor financeiro que exerciam um quase completo controlo do mercado da banca comercial e do setor segurador.

Em 2006, o programa de privatizações sofreu um abrandamento, data em que o Governo foi forçado a recomprar a maioria das ações da Electra que enfrentava graves dificuldades financeiras.

É esperado a meu ver, que a Electra seja privatizada de novo com a intermediação de uma nova equipa de direcção.

Além disso, segundo notícias dos jornais locais, o governo lançou o concurso para a privatização da Emprofac, empresa pública de comercialização de produtos farmacêuticos e da Interbase, empresa de refrigeração de peixe.

Em Abril de 2007 concluiu-se o processo de privatização da Enacol, distribuidora nacional de hidrocarbonetos. O concurso para a cedência de parte do capital da Enaport teve lugar em 2007.

A privatização da companhia de transportes aéreos de Cabo Verde, os TACV Cabo Verde Airlines, estava ainda em processo no fim de 2007, e as negociações para a privatização dos estaleiros navais da Cabenave estão em curso.

“No que se refere aos TACV a trajetória de privatização que chegou a ser aprovada pelo governo alterou-se profundamente com a recessão da aviação civil internacional que se agravou com o 11 de Setembro de 2002. As profundas alterações do mercado tiveram como consequência que as empresas que tradicionalmente investiam na privatização de pequenas transportadoras como os TACV tivessem falido ou saído do mercado” (PND, 2005).

A privatização da EMPROFAC, empresa de capitais públicos que ainda detem o monopólio da importação e distribuição de medicamentos, esta condicionada a definição do quadro regulador dos produtos farmacêuticos. Assim, está prevista para breve a instalação da Agência de Regulação do Controlo da Qualidade dos Produtos Farmaceuticas e Alimentares (ARFA). A privatização da empresa estava prevista para meados de 2005, mas até o momento ainda não foi privatizada.

Com relação ao processo de privatização da CABNAV, esta foi alvo de uma mudança de estratégia, com a decisão de privatizar a empresa de forma autónoma da ENAPOR. O maior desafio será o de encontrar um parceiro estratégico interessado na sua privatização devido aos problemas que o sector enfrenta a nível mundial.

A privatização da empresa INTERBASE esta em vias de finalização. Está escolhido o parceiro estratégico e para que o processo de privatização seja bem sucedido impõe-se o seu saneamento financeiro e o redimensionamento da sua estrutura de pessoal de forma a restabelecer o equilíbrio financeiro e dotá-la de uma estrutura de capitais adequada, tornando-a numa empresa mais atrativa .

No setor dos transportes, uma das grandes prioridades, afirma Brito (2000), será a transformação de Cabo Verde numa plataforma logística de apoio ao tráfego marítimo e num pólo regional para o tráfego aéreo.

No setor de energia elétrica, está em curso um profundo estudo sobre revisão das tarifas e o governo prepara-se para implementar mecanismos de ajustamento automático das tarifas da electricidade e da água tendo em conta a variação do custo dos produtos petrolíferos importados. Como a empresa ELECTRA voltou para posse do estado, este teve que reaver as políticas para promover o sucesso rentável deste para a economia nacional.

Com esta medida segundo as palavras do diretor da Eletra em entrevista ao jornal *A Semana*: “pretende-se “despolitizar” o cálculo das tarifas e reduzir a pressão sobre orçamento do Estado”.

A política energética de Cabo Verde centra-se, em grande medida, na conservação de energia e utilização de fontes alternativas, de modo a atenuar a dependência do país das importações de hidrocarbonetos. Em Agosto de 2007, o governo assinou um acordo com a multinacional britânica InfraCo e a Electra, para a instalação, no ano de 2008, de quatro parques eólicos nas ilhas de Santiago, São Vicente, Sal e Boavista. O projeto, com um custo estimado de 25-30 milhões de USD, deverá cobrir 25% das necessidades energéticas do arquipélago em 2011. O Ministério da Energia estuda igualmente uma proposta da *Rosenergoatom*, empresa pública russa que detém o monopólio da energia nuclear, para a instalação de uma central nuclear offshore. Para o efeito, foi já solicitada a realização de um estudo técnico prévio à Agência Internacional de Energia Atómica.

Cabo Verde não está ainda em condições de assegurar o fornecimento de água potável e sistemas de saneamento básico (esgotos) a toda a população. Atualmente, 86% da população urbana e 73% da população rural têm acesso a água potável, ao passo que apenas 61% da população urbana e 19% da população rural têm acesso a saneamento.

Em 2005, 54,9% da população tinha acesso a uma linha de telefone fixa, 36,2% a um telemóvel e 3,6% possuía um computador com ligação à internet.

Nesta sequência de privatizações o governo está empenhado em melhorar as condições de competitividade do setor privado. Em concreto, a redução das barreiras ao investimento, a melhoria do sistema legal e a finalização da instalação do sistema de regulação das atividades privadas na fase pós-privatizações são domínios de atuação prioritária. Àquelas medidas juntam-se a formação de parcerias público-privado, a diminuição das barreiras administrativas de natureza burocrática, bem como a promoção da formação em áreas que contribuam para a competitividade empresarial (MORAES, 1995).

No que se refere ao sistema bancário, este, oferece boa qualidade e é bem regulado, mas, ao mesmo tempo, fortemente concentrado: os dois maiores bancos (Banco Comercial do Atlântico e Banco de Cabo Verde) controlam 89% dos recursos bancários.

A reforma bancária iniciada nos anos 1990 conduziu à privatização (em 1999-2000) de dois importantes bancos comerciais: Banco Comercial do Atlântico, onde a maioria do capital era detida por um banco português e a Caixa Económica Cabo Verde, propriedade de um outro banco português. O Estado está presente no setor bancário através de uma sociedade de poupança, o Fundo de Solidariedade Nacional, que canaliza o investimento público e do Instituto Cabo-verdiano de Solidariedade, que tem como objetivo gerir a ajuda internacional.

“A reforma do sistema financeiro prossegue também em várias vertentes, de que se destaca o reforço da autonomia e da capacidade do Banco central, em particular nas áreas da regulação e supervisão, a melhoria do sistema nacional de pagamentos e a sua integração no sistema VISA, o estabelecimento de controlos anti-fraude e de lavagem de dinheiro, e ainda a realização de estudos visando a introdução de instrumentos financeiros como o capital de risco” (PND, 2005).

Outras reformas do setor financeiro visando melhorar a gestão do risco de crédito, a promover a concorrência no mercado e a permitir o acesso ao crédito às

pequenas e médias empresas estão igualmente em curso. Tendo em conta que os bancos não financiam as PME, devido ao montante elevado das garantias solicitadas e aos custos de transacção, o Estado estuda atualmente um novo conceito que permitirá às PME a entrada na Bolsa de Valores com o objetivo de poderem aceder mais facilmente aos fundos de que necessitem (DECRP, 2004).

5. Impacto das privatizações na sociedade Cabo-verdiana

As privatizações em Cabo Verde resultaram em casos de criação de monopólios privados e em complexas relações entre esses monopólios e segmentos de atividades no mesmo setor não sujeitos ao regime de monopólio.

A oposição, entretanto, critica o governo pela falta de transparência no processo de privatização e o acusa de encobrir os casos de desemprego resultantes desse processo e os efeitos negativos, principalmente nas camadas mais desfavorecidas. O maior partido da oposição, o PAICV, afirma que a reforma estrutural, adotada pelo governo a partir de 1991, que abrangia não só a privatização como também a liberalização do comércio, dos preços e a reforma fiscal, só fez aumentar os problemas sociais nos principais centros urbanos do país.

O PAICV também afirma que os acordos assinados pelo governo com o Banco Mundial, juntamente com o acordo de paridade da moeda Cabo-verdiana atrelada ao escudo português determinado pelo FMI, impediu o governo de reajustar os salários e provocou a subida dos preços dos produtos de primeira necessidade. Segundo a oposição, é fácil constatar que as condições sociais em Cabo Verde pioraram com estas políticas de reforma econômica (PAICV, 1998).

No geral, as empresas privatizadas estão a reforçar a sua competitividade, testemunhado pela capacidade de manter ou aumentar o emprego, assim como os salários, produtividade e receitas.

Segundo uma pesquisa realizada no país com algumas empresas privatizadas, esta constatou-se que as condições de trabalho nas empresas privatizadas parecem ser boas e em melhoria. Embora os trabalhadores nem sempre se sintam com direito a mesma segurança e privilégios como antigamente, o salário médio está a aumentar, e parece

haver pouca ou nenhuma pressão para cortes de emprego e existe um aumento da procura por mão de obra qualificada.

O impacto com relação aos consumidores parece ser em parte positivo uma vez que, agora tem mais opções nos bens e serviços básicos, mas também negativo, sendo que houve aumento dos preços de algumas utilidades básicas, nomeadamente a água, assim como os frequentes cortes no fornecimento da energia elétrica e água.

Em relação à influência na política, as reformas econômicas têm afetado negativamente as novas democracias por terem feito aumentar, pelas privatizações, o nível de desemprego, além do aumento dos preços por causa do aumento da inflação, o que acabou por fazer aumentar o descontentamento político e o surgimento de novas tensões. Isso, de certa forma, acaba por ser arriscado porque aqueles países não têm uma tradição de cultura democrática e de debate político, e, geralmente, esses programas de ajuste estrutural são impostos sem se levar em conta outras forças representativas, o que acaba por enfraquecer a democracia. Como esses programas são geralmente implementados após os resultados eleitorais, eles acabam por afetar principalmente o aspecto representativo da democracia, como afirma Evora:

“Uma consequência desse estilo de comportamento governamental [baseado em reformas orientadas para a liberalização dos mercados] é a corrosão das instituições representativas. Quando os candidatos ocultam seus verdadeiros programas econômicos ao fazer campanha ou quando o governo adota políticas diametralmente contrárias às suas promessas eleitorais, o que fazem é ensinar à população que as eleições não têm nenhuma função real na definição de políticas. Quando um governo anuncia políticas essenciais editadas por decreto ou força sua aprovação no parlamento, sem debates, está ensinando aos partidos, sindicatos e outras organizações representativas que eles não têm nenhum papel a desempenhar no processo de formulação de políticas (...) com isso a democracia sai enfraquecida” (apud PRZEWORSKI, 1994, p.249).

No que se refere ao ganho, os investidores estrangeiros beneficiaram com mais financiamento estrangeiro e importação de bens dos seus países para Cabo Verde, em grande medida isentos de taxas aduaneiras e sobre o rendimento, devido a isenções generosas a que tinham acesso.

De acordo com o relatório das privatizações:

“O impacto do programa de privatização torna-se um pouco mais confuso e questionável. Os retornos imediatos desta experiência, em termos de impacto na economia, são misturados, embora geralmente positivos. A gestão das empresas privatizadas ainda é problemática, enquanto os assuntos de regulação ainda estão a ser ordenados e as suas instituições evasivas, sem partilha com o consumidor dos rendimentos de produção e nem baixa dos preços. O setor financeiro é mantido na sua própria rigidez e inibições, mas com pequenos sinais de revitalização. O ramo empresarial está a florescer, embora enfrentando um crescimento limitado numa economia predominantemente de serviços” (CABO VERDE, 2005).

No entanto, ainda existe o desafio de desviar uma maior fatia e propriedade na nova economia, paralelamente ao sentimento de pertença, para a base demográfica da sociedade Cabo-verdiana. Ademais, é difícil concluir que, com a privatização das empresas, o governo também privatizou o seu tradicional e forte envolvimento no setor privado.

Assim, pode-se concluir de acordo com Cabo Verde (2005), que não só o envolvimento do governo na governação das empresas não foi suficientemente reduzido como seria desejado, como na verdade esse envolvimento pode ter-se aumentado, como resultado de complicações por ter que conduzir discussões delicadas e de resistir a desafios às suas políticas comerciais e de regulação defendidos por investidores, que são apoiados pelos sistemas políticos dos seus próprios países.

6. CONCLUSÃO

Sem ser uma panaceia para todos os males de que padece a nossa economia, nomeadamente os elevados déficits orçamentais, a dívida externa, o desemprego, e a inflação, as privatizações constituem algo de consensual no seio da sociedade Cabo-verdiana, que vê nelas, por um lado, uma fórmula socialmente menos onerosa de redução da despesa pública e, por outro, um meio de incentivar os agentes privados a assumirem o papel que lhes é reservado de motor do desenvolvimento da economia.

Assim, este projeto insere-se num vasto programa de mudanças estruturais que abarcam o setor público administrativo, o setor financeiro, o industrial, e turístico e o da infraestruturização do país, bem como da educação e formação profissional. Parte significativa deste projeto é a promoção do setor privado, no sentido de criar as condições legais e ambientais a uma melhor tomada de decisões económicas e à facilitação e agilização dos procedimentos administrativos, por que os atuais são tolhedores das iniciativas privadas.

Cumprе referir que as privatizações em Cabo Verde foram uma imposição decorrente dos elevados prejuízos acumulados ao longo de uma década pelo SEE, em virtude do esgotamento do modelo de crescimento baseado no investimento estatal e na presença asfíxiante do Estado na vida económica que limitou extraordinariamente o desenvolvimento da economia Cabo-verdiana.

Vale frisar que a maioria das empresas privatizadas foram para os investidores Portugueses.

O governo ganhou muito com a aceleração das privatizações e liberalização do comércio, isso tudo sem sofrer choques negativos dramáticos á economia ou a sociedade, como tem acontecendo noutros países.

Alcançou a estabilidade macroeconómica com ganhos relativamente rápidos através de uma metodologia que envolveu troca e compromissos, alguns dos quais parecem ser questionáveis a longo prazo.

Uma crítica a ser feita a condução deste processo em Cabo Verde se refere a forma como ela foi conduzida. Na busca de uma estabilidade macroeconómica num período de profunda crise, que exigia o máximo de injeções financeiras, o governo

comprometeu a sua política de concorrência e engajamento para com o desenvolvimento do setor privado.

O processo de privatização resultou na transferência, pelo governo, do seu anterior controle público e fiscal de grandes empresas ao setor público do seu parceiro comercial mais próximo.

Rapidez e oportunismo pareciam sobrepor-se ao cuidado com a transparência, com o bem estar do consumidor e com a criação de um ambiente acolhedor ao negócio.

Em relação à privatização das estatais em Cabo Verde, podemos afirmar que, pelo menos em setores estratégicos como o das telecomunicações, por exemplo, o monopólio estatal foi transformado em monopólio privado: a Portugal Telecom que detém a maioria das ações e não existe concorrência nos serviços de telefonia fixa ou celular. A partir disso, chegou-se a conclusão de que o governo tem que criar mecanismos de regulação e fiscalização, de maneira que sejam evitados casos de monopólio privado, e garantir uma melhoria dos serviços e dos preços ofertados. E ainda, a necessidade do órgão regulador tem que ser independente para impedir que haja arbitrariedade administrativa.

O processo de privatização em Cabo Verde dá pouca margem à transparência. Primeiro porque a venda das estatais não foi definida pelos mecanismos do mercado, pois os quinze anos de economia baseada no planejamento impediram que surgisse um sistema de concorrência bem como de mecanismos de mercado. A venda das estatais foi iniciada sem haver, no país uma Bolsa de Valores. O processo foi totalmente centralizado: ao governo competiu criar o órgão responsável pela privatização e, a esse órgão, competia estabelecer o preço das empresas e coordenar a venda. O governo recusou a proposta da oposição que sugeriu que a Comissão Nacional das Privatizações fosse um órgão independente e eleito pela Assembleia Nacional, baseada na média mais alta d'Hont.

Talvez por ter sido tão centralizado, justificam-se as denúncias de corrupção feitas por integrantes do partido no governo em finais de 90 e que culminaram em mais uma crise interna no MPD.

Além da pouca transparência, falta ainda ao processo Cabo-verdiano de privatização, a introdução de agências reguladoras dos serviços já privatizados. A questão da regulação é ainda incipiente e, enquanto existir esta lacuna, fica difícil

garantir aos usuários a qualidade nos serviços ofertados e impedir que haja arbitrariedade no estabelecimento dos preços.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRANCHES, Sergio Henrique. A empresa pública como agente de políticas do Estado: Fundamentos teóricos do seu papel. In: **A empresa pública no Brasil: uma abordagem multidisciplinar**. Brasília: IPEA, 1980
- ALBUQUERQUE, Luís de. **O descobrimento das ilhas de Cabo Verde**. in: SANTOS, Maria Emília Madeira; ALBUQUERQUE, Luís de (coord.). História Geral de Cabo Verde (v. 1). Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical de Portugal.; Cidade da Praia: Instituto de Investigação Cultural de Cabo Verde, 2001.
- AFONSO, Maria Manuela. **Educação e Classes Sociais em Cabo Verde**. Spleen Edições, 2002;
- ANDRADE, Elisa Silva. **As ilhas de Cabo Verde da “Descoberta” À Independência Nacional (1460 – 1975)**. Paris, L’ Harmattan;
- BRITO, José do Livramento Monteiro Alves. **As privatizações num país pequeno, insular e arquipelágico: O caso de Cabo Verde**. Tese de doutorado. Universidade Jean Peaget, Praia, 2002
- CABRAL, Almirar. **A Arma da Teoria. Unidade e Luta I**, Lisboa, Seara Nova, 1976.
- CABRAL, Almirar. **Análise de alguns tipos de resistência**, Edição do PAIGC, 1979. Bolama, Imprensa Nacional
- CARDOSO, Humberto. **“O Partido Único em Cabo Verde: Um Assalto à Esperança”**. Praia: Imprensa Nacional, 1993.
- CABO VERDE. **Constituição da República de Cabo Verde**, Praia: Imprensa Nacional, 1980.
- _____. **Constituição da República de Cabo Verde**, Praia: Direcção dos Serviços Parlamentares, 1993.
- _____. **Constituição da República de Cabo Verde**, Praia : Assembléia Nacional, 1999.
- _____. **Ministério da Coordenação Económica, Relatórios GARSEE**, Praia, 1997.
- _____. **Ministério da Coordenação Económica, Economic Reforms Support Operation Credit**, Praia, 1996.
- _____. **Ministério da Coordenação Económica, Manual de Desinvestimento**, Praia, 1993.
- _____. **Ministério dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades, Informações Macroeconómicas**, Praia, 2000.
- _____. **MINISTÉRIO DA COORDENAÇÃO ECONÓMICA, (1997), Plano nacional de desenvolvimento, 1997-2000, Resumo e Volume II, Inserção Dinâmica de cabo verde na economia mundial**. Prai, cabo verde.

DOCUMENTO ESTRATÉGICO DE CRESCIMENTO E REDUÇÃO DA POBREZA. Cabo Verde, 2004; **Plano Diretor de operação e Programa de Cooperação 2002-2004**. Cabo Verde, Maio de 2000; Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza. Cabo Verde, 2000;

EVORA, Roselma. **A abertura política e o processo de transição democrática em Cabo Verde**. Dissertação de Mestrado. Brasília. Universidade de Brasília /Departamento de ciência política, 2001.

ÉVORA, Roselma. "**Privatização das Estatais na República de Cabo Verde**". Monografia de Graduação, Universidade de Brasília: Departamento de Ciência Política, 1998.

FALTON, Robert. "**Liberal Democracy in Africa**", Political Science Quarterly, Vol. 10: 3, Fall 1990.

FERNADES, Gabriel. **A Diluição da África: Uma interpretação da saga identitária Caboverdiana no panorama político (pós) colonial**. Brasil: Florianópolis, Editora da UFSC, 2002;

FERREIRA, Isabel. "**A Diplomacia do PAIGC durante a luta de libertação**". Revista África em Debate, Lisboa: Centro de Estudos Africanos do ISCTE, 1998

Feijó, João da Silva. **Ensaio e Memórias Económicas sobre as Ilhas de Cabo Verde (Séc.XVIII)**. ICL. Lisboa.1986

FLNARY, Rachel – "**The State in Africa: Implications for Democratic Reform**". Crime Law and Social Change, Vol. 29: 2, 1998

GRASSI, Marizia. **Rabidantes: comercio espontâneo transnacional em Cabo Verde**. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Portugal, 2003; INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. Características sóciodemográficas.

GARSEE- GABINETE DE APOIO A REESTRUTURAÇÃO DO SECTOR EMPRESARIAL DO ESTADO - **Análise da Evolução do Sector Empresarial do Estado (91/95)**. Praia,2000.

GIAMBIAGI, F., ALÉM, A.C. **Finanças públicas: Teoria e pratica no brasil**. Rio de Janeiro:Campus, 1999.

GONÇALVES, SÉRGIO - **A Fiscalização do Sector Empresarial do Estado por Tribunais de Contas ou Instituições Equivalentes**- Ed. Tribunal de Contas de Portugal 1993.

INE (1999-b), «**Contas Nacionais – Série 1985-1995**», Instituto Nacional de Estatística – Divisão de Contas Nacionais, Praia

KUPFER, David S; HASENCLEVER, Lia. **Economia industrial: fundamentos teóricos e práticas no Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2002. (citação do livro mas falta como citar o autor: PINTO Jr, Helder Queiror. e FIANI, Ronaldo

- MCE (1997), «**Plano Nacional de Desenvolvimento 1997-2000**», Ministério da Coordenação Económica, Praia. MIGLIOLI, 1983
- MIGLIOLI, Jorge. **Introdução ao planeamento económico**. 2a ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- MONTEIRO, César Augusto. **Recomposição do Espaço Social Cabo Verdiano**. Edição Autor, dezembro 2001;
- MUTTI, Antonio; SEGATTI, Paolo. **A burguesia de Estado; estrutura e funções da empresa pública**. Rio de Janeiro (RJ): Zahar, 1979.
- MORAES, LUIS - **Privatizações de Empresas Públicas, seu controlo e supervisão** - Ed. Tribunal de Contas de Portugal - Lisboa, 1995
- MARTINS, Guilherme d'Oliveira. **Sector Empresarial do Estado Evolução no período 1996-2001**. Lisboa, 2002
- Ministério da Coordenação Económica, Relatórios GARSEE, Praia, 1997
- NUNES R.C. **Privatização e Ajuste Fiscal no Brasil**. Escola de Administração Fazendária- ESAF. 1996
- MINISTÉRIO DAS FINANÇAS, PLANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL. **Plano nacional de desenvolvimento 2002-2005**. Direcção geral do planeamento. Volume I. Praia, 2000.
- Movimento Para Democracia. **Documentos da III Convenção Nacional**. Praia: INCV, s.d.
- _____. Moção de Estratégia e Estatuto. Praia, 1997.
- _____. Ministério da Coordenação Económica, *Projeto de Assistência Técnica às Privatizações, Relatório Final (1 Versão)*, Praia, 1997
- _____. Programa Político. São Vicente, 1990
- OMAN, Charles P. & WIGNARAJA, Ganeshan. **The Postwar Evolution of Development Thinking**, MMacmillan/OECD, London, 1991.
- PROGRAMA DE COOPERAÇÃO. Cabo Verde – Portugal Programa Indicativo de Cooperação. Lisboa, Maio de 2002
- PAICV. Programa e Estatutos do PAICV. Praia: DIP, 1983.
- _____. IV Congresso Extraordinário, Documentos Vol. II. Praia, 1990.
- _____. Estatutos e Declaração Política, V Congresso Extraordinário. Praia, 1991.
- _____. IV Congresso Extraordinário - Documentos, Vol. I, Praia, 1990.

- _____. Uma Proposta de Constituição para Cabo Verde. Praia: Grafedito, 1992.
- _____. Estatutos do VIII Congresso. Praia, 1997.
- _____. Bases Gerais do Programa do Governo, Economia e Desenvolvimento. Praia, s. d.
- _____. Informação Parlamentar no 6, dezembro de 1998.
- PARTIDO DE CONVERGÊNCIA DEMOCRÁTICA - Programa Político. Praia, 1995.
- PRZEWORSKI, Adam. “**Democracia e Mercado no Leste Europeu e na América Latina**”. Tradução de Vera Pereira. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- PIRIE, Madsen. Privatizações, modelos e efeitos. In: **Privatização, mercado de capitais e democracia**. Rio de Janeiro: Correio da Serra, 1988.
- PEIXOTO, João Paulo M. **Em busca do Estado ideal: um estudo sobre Cabo Verde, um ‘pequeno’ Estado africano**. Dissertação de mestrado. Brasília, 2003
- PINA, Carlos Costa. **Sector empresarial do estado**. Relatório. Lisboa, 2006
- PEIXOTO, João Paulo M. **Em busca do Estado ideal: um estudo sobre Cabo Verde, um ‘pequeno’ Estado africano**. Sobral, CE: Edições UVA. Brasília, 2003.
- PEIXOTO, João Paulo M. (Ed.). **Reforma e modernização do Estado no Brasil**. Sobral, CE: Edições UVA, 2000.
- PRZEWORSKY, Adam, (julho-setembro /1996) “**Nota sobre o Estado e o Mercado**”, Revista de Economia Política, Vol. 16, n.º 3 (63).
- REZENDE, Flávio da Cunha. **A reforma do estado em perspectiva comparada**. In: Seminário balanço da reforma do estado no Brasil: a nova gestão pública, 2002, Brasília. [Anais...] Brasília: [s. n.], 2002.
- REPÚBLICA DE CABO VERDE. Ministério das Finanças e Planeamento. **As grandes opções do plano: uma proposta para o futuro. Mensagem da Sua Excelência, o Senhor Primeiro Ministro, Dr. José Maria Neves**. Out. 2001.
- RILEY, Stephen. “**Political Adjustment or Domestic Pressure: democratic politics and political choice in Africa**”. Third World Quarterly, Vol. 13: 3, 1992
- ROSTOW W. W. (1960), «**The stages of economic growth**», Cambridge U. Press, Cambridge.
- SANTOS, Maria Emília Madeira (org.), **História Geral de Cabo Verde**. Lisboa. 1995
- SOUSA FRANCO, ANTONIO L.- **Finanças Públicas e Direito Financeiro - (Vol. I)- Almedina, Coimbra, 4ª edição, 1993, Págs.(196 - 208).**

SHAPIRO, C. & WILLIG R.D. (1990) **Economic rationales for the escope of privatization**. Princeton University.

REIS, Vitor Manuel Vaia. **Principais estratégias de desenvolvimento em confronto na República de Cabo Verde após a Independência**. Dissertação de Mestrado. Lisboa. Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. ISCTE, 2000.

SILVEIRA, Onésimo. **Contribuição para a Construção da Democracia em Cabo Verde**. s.ed, Mindelo, 1992

SILVA, Antônio Duarte. **A Independência da Guiné Bissau e a Descolonização Portuguesa**. Porto: Afrontamento, 1986.

THORNTON, John Kelly, . **A África e os africanos: na formação do mundo Atlântico, 1400-1800**. Rio de Janeiro: ELSEVIER, 2004. ISBN

UCRE, Unidade de coordenação do projeto de privatizações e reforço da capacidade de regulação institucional. linhas gerais do programa de reforma do estado. Praia, 2006

VARELA, Maria de Fátima Tavares Pires. **Educação e Trabalho: Realidade e Perspectiva em Cabo Verde**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro. Universidade Federal do Rio de Janeiro / Faculdade de Educação, Dezembro de 1998;

UPR. **Manual de privatizações**. Praia, 1998 .

ANEXO 1:

Lista de Empresas No Programa De Privatização (1992-2005)

Nota 1: T/P indica se as participações originais possuídas pelo governo eram Total (100% SOE) ou Parcial (combinado com sector privado).

Nota 2: Células sombreadas na coluna X-ref indicam as 27 empresas que foram estudadas durante este projecto, conforme os Termos de Referência.

X-ref	Empresas	Sector	Tipo de Empresa	T/P	Estado de Desinvestimento	Ano	Comentários
	BCA	Financeiro	Banco comercial	T	Privatizado	2000	Separado do Banco central. Maior Banco em CV
	CECV (Caixa)	Financeiro	Banco comercial	T	Privatizado	2000	Antiga carta económica. Segundo maior banco em CV
	GARANTIA	Financeiro	Seguro	T	Privatizado	2000	Maior seguradora em CV
	PROMOTORA	Financeiro	Capital de risco	T	Privatizado	2000	Única sociedade de capital de risco em CV
	ARCA VERDE	Transporte	Frota Marítima	T	Liquidado	2005	Antigo Monopólio substituído por várias novas companhias privadas
	TRANSCOR	Transporte	Transporte urbano	P	Liquidado	2002	Antigo Monopólio substituído por várias novas companhias privadas
7	CABNAVE/CABMAR	Indústria	Estaleiro grande	T	SOE	-	Por privatizar
8	ENAPOR	Transporte	Portos de CV	T	SOE	-	Por privatizar
	ANV	Transporte	Agência marítima	T	Privatizado	1999	
10	ONAVE	Indústria	Estaleiro pequeno	T	Desmembrado e Liquidado	2005	Antes de liquidação ONAVE tinha um contrato de concessão com LUSONAVE entre 93-03 Subsidiárias incluem: METALCAVE - Abutidos e Móveis de Aço FUNCAVE - Indústria RECOREF - produtos de Fibra BELCABO - Barcos de fibra
	SONACOR	Indústria	Reparação de veículos	T	Liquidado	1999	Antigo Monopólio substituído por várias novas companhias privadas
12	OFICINAS (MDR)	Transporte	Fabrico de equipamentos	N/A	Liquidado	1998	
13	TACV	Transporte	Companhia aérea	T	SOE	-	Por privatizar
	ASA	Transporte	Autoridade aeroportuária	T	Privatizado*	2000	*com contrato por objectivos com o sector privado
	INTERBASE	Pesca/agroindust	Armazenamento de peixe no frio	T	Privatizado	2005	
	SALMAR	Pesca/agroindust	Armazenamento de peixe no frio	T	Privatizado	2000	

X-ref	Empresas	Sector	Tipo de Empresa	T/P	Estado de Desinvestimento	Ano	Comentários
17	PESCAVE	Pesca	Reparação /Manutenção	T	Liquidado	1992	
18	ULTRA	Pesca/agroindust	Conserva de Peixe	P	Privatizado	1996	
19	WAREHOUSE	Transporte	Armazém	P	Privatizado	2005	No E.U.A. foi arrendado, a ser privatizado agora.
	ENAVI	Agro indústria	Produção de frangos/ovos	T	Desmembrado e Liquidado	1995	SOCIAVE (São Vicente) privatizado ENAVI (Praia) privatizado.
	MOAVE	Agro indústria	Fábrica de farinha	P	Privatizado	1998	
	FAP	Agro indústria	Equipamento agrícola, Serviços Veterinários, ração Avícola, Lacteíno.	T	Desmembrado e Liquidado	1993	AGRIPEC privatizado COOPECHAVES privatizado PROLACT privatizado
	FAMA	Agro indústria	Massa, café.	P	Privatizado	2000	
	JUSTINO LOPES	Agro indústria	Agricultura, suinicultura.	T	Separado e Liquidado	1995	AGRICOLA privatizado PROPEC liquidado CARMAC liquidada
25	EMEC	Construção	Obras Públicas	T	Liquidado	1992	
	CVC	Construção	Todos os tipos	T	Privatizado	1999	
27	MAC	Construção	Obras Privadas	T	Privatizado	1993	
	INTERBETAO	Construção	Blocos de concreto	T	Privatizado	1998	
29	INERF	Construção	Obras públicas rurais	T	SOE	2005	A ser reestruturado
	EMPA	Grossista	Importação e distribuição de mercadorias	T	Liquidado	2003	Antigo Monopólio, substituído por várias novas companhias privadas TRANSMOTORS SOCIEX SOSAIC SOCIEDADE CONSTRUCAO SOBREVIVENCIA
	ENACOL	Petróleo	Importador/Distribuidor	T	Privatizado	1997	
	CV TELECOM	Utilidades	Telecom	T	Privatizado	1999	Separada dos Correios
	CORREIOS	Utilidades	Serviços postais	T	Privatizado*	1999	*com contrato por objectivos com o sector privado
	ELECTRA	Utilidades	Energia eléctrica, água, saneamento	T	Privatizado	1999	Monopólio privado, ainda não regulado eficazmente
35	EMPROFAC	Farmacêutica	Importação e Distribuição de medicamentos	T	SOE	-	Monopólio a ser privatizado depois do quadro regulador estabelecido
36	FARMÁCIA HIGIENE	Farmacêutica	Loja retalhista	P	Privatizado	2000	Separada da EMPROFAC

X-ref	Empresas	Sector	Tipo de Empresa	T/P	Estado de Desinvestimento	Ano	Comentários
37	SOCAL	Indústria	Fabrico de sapatos	P	Liquidado	1993	
	MORABEZA	Indústria	Fabrico de vestuário	P	Desmembrado e Liquidado	1993	CONFECÇÕES PORTO GRANDE privado SIMPLICIDADE privado LINHA BRANCA privado CRISTIANO privado
39	SCS	Bem de consumo	Fábrica de sabões	P	Privatizado	1993	
40	CERIS	Bem de consumo	Alimento/bebidas	P	Privatizado	1999	
41	SITA	Fabrica industrial	Tintas	P	Privatizado	1998	
42	INPHARMA	Farmacêutica	Fabrico de medicamentos genéricos	P	Parcialmente Privatizado		
43	METALCAVÉ	Indústria	Mobília, trabalho em metal	P	Privatizado	1997	
44	ALUPLAST	Indústria	Alumínio, fabrico de plástico.	P	N/A	1993	
45	SODIGAS	Indústria	Fabrico de Oxigénio, acetileno.	P	Parcialmente Privatizado	1993	Sera privatiza com ENAPOR e CABNAVE
	PRAIA MAR	Turismo	Hótel (Praia)	P	Privatizado	1997	
	ATLÂNTICO	Turismo	Hótel (Sal)	T	Privatizado*	2005	*sem contrato por objectivos com o sector privado
	BELO HORIZONTE	Turismo	Hótel (Sal)	P	Privatizado	1997	
49	XAGUATE	Turismo	Hótel (Fogo)	P	Privatizado	1997	
50	CABETUR	Turismo	Agência de turismo	P	Privatizado	1994	
51	CITAG	N/A	N/A	P	N/A	1993	
52	CREOLA	N/A	N/A	P	N/A	1993	
53	CONCHAVÉ	Transporte	Transporte de petróleo inter - ilhas	P	Privatizado	1994	Separada da ARCA VERDE depois privatizado pela SHELL
54	FAC	N/A	N/A	T	N/A	1993	
55	ARMISTÍCIO	N/A	N/A	P	N/A	2004	Sob supervisão da comissão de liquidação da EMPA, situado no Uruguai

As empresas para as quais existem dados em falta são de pouca importância à avaliação dos impactos, especialmente porque algumas estão inactivas e/ou não podem ser localizadas.